

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e, a partir de 31 de janeiro de 2014, no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”) - vide nota explicativa nº 3.a).

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Ativos financeiros

Conforme o *International Accounting Standard* (“IAS”) 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados e apresentadas no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro derivativo utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 22.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 5 e 22 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.m e 18).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.j).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 23.g).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UGC”) para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. Com exceção dos ágios por expectativa de rentabilidade futura, da marca “*am/pm*” e da marca “Extrafarma” adquirida em 2014 (vide nota explicativa nº 3.a), a Sociedade e suas controladas não possuem contabilizados outros ativos intangíveis com vida útil indefinida.

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e custos de transação, líquidos das amortizações. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.k). Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis à emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais são reconhecidos no patrimônio líquido e não são amortizados.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 18). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23 itens a, b, c, d).

o. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 24.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

r. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão, líquido dos efeitos de *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, em 2014 totalizou R\$ 43.192 de ganho cambial (R\$ 38.076 de ganho cambial em 2013).

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

| <u>Controlada</u> | <u>Moeda funcional</u> | <u>País</u> |
|--|-------------------------------|--------------------|
| Oxitenos México S.A. de C.V. | Peso Mexicano | México |
| Oxitenos Servicios Corporativos S.A. de C.V. | Peso Mexicano | México |
| Oxitenos Servicios Industriales S.A. de C.V. | Peso Mexicano | México |
| Oxitenos USA LLC | Dólar norte-americano | Estados Unidos |
| Oxitenos Andina, C.A. | Bolívar | Venezuela |
| Oxitenos Uruguay S.A. | Dólar norte-americano | Uruguai |

A controlada Oxitenos Uruguay S.A. (“Oxitenos Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, conforme o IAS 29. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Até 31 de dezembro de 2014 a Venezuela possuía três mercados de câmbio à vista:

- a) CENCOEX - *Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela*: o Bolívar (“VEF”) é negociado à taxa fixa de 6,30 VEF/US\$. O requerente faz a solicitação para autorização de pagamento e recebimento das transações prioritárias. Não há um prazo estabelecido para a aprovação do CENCOEX;
- b) SICAD-I - *Sistema Cambiario Alternativo de Divisas I*: o Bolívar é negociado à taxa variável aproximada de 12,00 VEF/US\$. Existe uma série de exigências para aprovação da transação, sendo este o câmbio mais provável para o pagamento de dividendos e repatriação de capital; e
- c) SICAD-II - *Sistema Cambiario Alternativo de Divisas II*: o Bolívar é negociado à taxa variável aproximada de 50,00 VEF/US\$. A princípio as demais transações podem ser realizadas pelo SICAD-II.

Para a consolidação da Oxiten Andina na Sociedade, os montantes em Bolívar foram convertidos para dólares norte-americanos pela taxa de câmbio do SICAD-I e posteriormente convertidos para Reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil. No julgamento da administração, a utilização do SICAD-I é a mais adequada para a conversão, visto que é a taxa de câmbio mais provável para o pagamento de dividendos e repatriação de capital.

Em 10 de fevereiro de 2015, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 33 que alterou o mercado cambiário venezuelano. A Sociedade analisou o novo convênio e concluiu que não deverá haver impacto na conversão das demonstrações financeiras da sua controlada Oxiten Andina.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2014 totalizou R\$ 2.906 (ganho de R\$ 4.845 em 2013).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos*

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4, 14 e 22), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 5 e 22), determinação da provisão para perda em estoques (nota explicativa nº 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (nota explicativa nº 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.f, 2.r, 3, 3.a, 3.b e 11.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto – *Joint Venture* (notas explicativas nº 2.f, 11.a e 11.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 11.c), vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota explicativa nº 13), provisão para retirada de tanques (nota explicativa nº 18), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 23 itens a, b, c, d), estimativas para elaboração de laudo atuarial (nota explicativa nº 24.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 3.a e 22). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

t. *Redução ao valor recuperável de ativos*

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio por expectativa de rentabilidade futura. Se o ágio por expectativa de rentabilidade futura não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados (vide nota explicativa nº 13.i).

u. Ajuste a valor presente

Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) do ativo imobilizado (CIAP). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas demonstrações financeiras, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS. O saldo desse ajuste a valor presente totalizava R\$ 279 em 2014 (R\$ 354 em 2013).

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

v. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

w. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB entraram em vigor em 31 de dezembro de 2014 e foram adotadas pela Sociedade e suas controladas:

- Alterações ao IAS 27 – Contabilização de investimentos nas demonstrações financeiras separadas: permite que investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas sejam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Para fins de IFRS essa alteração é vigente a partir de 2016, com adoção antecipada permitida, porém para fins de CPC, é vigente a partir de 2014. A Sociedade já adota a referida prática, e após a alteração à IAS 27, as demonstrações financeiras individuais estão de acordo com o IFRS emitido pelo IASB.
- Alterações ao IAS 32 – Apresentação de instrumentos financeiros: fornece esclarecimentos sobre os requerimentos para compensação de ativos e passivos financeiros. Não houve impacto nas demonstrações financeiras.
- *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) 21 – Tributos: dispõe sobre reconhecimento de um tributo a pagar, se a obrigação estiver no alcance do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Não houve impacto nas demonstrações financeiras.

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2014:

Vigente em

- | | |
|--|---------|
| • Instrumentos financeiros – IFRS 9 (e as alterações correspondentes de 2010 e 2013): introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i> (conforme emitido em novembro de 2013). | 2018(*) |
| • Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente. | 2017 |

(*) em 24 de julho de 2014 o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 e sua data efetiva obrigatória é 1 de janeiro de 2018.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS 9 e IFRS 15, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

x. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 25 de fevereiro de 2015.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

| | Localidade | Segmento | % de participação no capital social | | | |
|---|--------------------------|------------|-------------------------------------|----------|----------|----------|
| | | | 2014 | | 2013 | |
| | | | Controle | | Controle | |
| | | | Direto | Indireto | Direto | Indireto |
| Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | Brasil | Ipiranga | 100 | - | 100 | - |
| am/pm Comestíveis Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Centro de Conveniências Millennium Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Conveniências Ipiranga Norte Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Ipiranga Trading Limited | Ilhas Virgens Britânicas | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Tropical Transportes Ipiranga Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Ipiranga Imobiliária Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Ipiranga Logística Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda. | Brasil | Ipiranga | - | 100 | - | 100 |
| Companhia Ultragaz S.A. | Brasil | Ultragaz | - | 99 | - | 99 |
| Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. | Brasil | Ultragaz | - | 100 | - | 100 |
| Utingás Armazenadora S.A. | Brasil | Ultragaz | - | 57 | - | 57 |
| LPG International Inc. | Ilhas Cayman | Ultragaz | - | 100 | - | 100 |
| Imaven Imóveis Ltda. | Brasil | Outros | - | 100 | - | 100 |
| Isa-Sul Administração e Participações Ltda. | Brasil | Ipiranga | 99 | 1 | - | 100 |
| Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. | Brasil | Extrafarma | - | 100 | - | - |
| Oxiteno S.A. Indústria e Comércio | Brasil | Oxiteno | 100 | - | 100 | - |
| Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio | Brasil | Oxiteno | - | 99 | - | 99 |
| Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda. | Argentina | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. | Brasil | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Oxiteno Uruguay S.A. | Uruguai | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Barrington S.L. | Espanha | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Oxiteno México S.A. de C.V. | México | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V. | México | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V. | México | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Oxiteno USA LLC | Estados Unidos | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Global Petroleum Products Trading Corp. | Ilhas Virgens Britânicas | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Oxiteno Overseas Corp. | Ilhas Virgens Britânicas | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Oxiteno Andina, C.A. | Venezuela | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Oxiteno Europe SPRL | Bélgica | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Oxiteno Colombia S.A.S | Colômbia | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Oxiteno Shanghai Trading LTD. | China | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. | Brasil | Oxiteno | - | 100 | - | 100 |
| Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda. | Brasil | Ultracargo | 100 | - | 100 | - |
| Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar | Brasil | Ultracargo | - | 99 | - | 99 |
| SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados | Brasil | Outros | - | 100 | - | 100 |

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a) Combinação de negócios – aquisição da Extrafarma

Em 31 de janeiro de 2014 foi aprovada, através das Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma, a incorporação pela Ultrapar da totalidade das ações de emissão da Extrafarma. Com a aprovação da incorporação de ações, a Extrafarma passou a ser uma controlada integral da Ultrapar e os acionistas da empresa tornaram-se acionistas de longo prazo da Ultrapar. A associação com a Extrafarma marca o ingresso da Ultrapar no mercado de varejo farmacêutico brasileiro, tornando-se o terceiro negócio de distribuição e varejo especializado da Sociedade.

Como consequência, em 31 de janeiro de 2014, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Sociedade, equivalentes a R\$ 141.913 como aumento de capital social, perfazendo um capital social de R\$ 3.838.686, dividido em 556.405.096 ações, e R\$ 498.812 como aumento da reserva de capital, totalizando um aumento no patrimônio líquido de R\$ 640.725. Essas movimentações não afetaram o fluxo de caixa da Sociedade.

Em adição, foram emitidos bônus de subscrição que, se exercidos, poderiam acarretar uma emissão de até 4.007.031 ações no futuro, sendo 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro e 3.205.622 ações referentes ao bônus de subscrição - indenização. Em 30 de junho de 2014, em avaliação do ajuste de capital de giro e endividamento, foi apurado que o bônus de subscrição - capital de giro não será exercido em favor dos acionistas anteriores da Extrafarma. Dessa forma, a Sociedade reverteu integralmente a provisão para a emissão das 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro, que na data da aquisição totalizava R\$ 42.138. Adicionalmente foi apurado que a Sociedade tem um contas a receber em função do ajuste de capital de giro no montante de R\$ 12.222, registrado em “demais contas a receber” no ativo circulante. A quantidade de ações do bônus de subscrição - indenização poderá ser exercida a partir de 2020 e é ajustada conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzido pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Na data-base das demonstrações financeiras eram representados por 2.002.773 ações e totalizavam R\$ 92.072 (na data da aquisição totalizavam 1.959.576 ações e R\$ 91.423).

O valor da aquisição está apresentado a seguir:

| | |
|--|----------------|
| Aumento de capital social | 141.913 |
| Ágio na subscrição de ações | 498.812 |
| Contas a receber - ajuste de capital de giro | (12.222) |
| Bônus de subscrição – indenização | 91.423 |
| Valor da aquisição | <u>719.926</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor da aquisição no montante de R\$ 719.926 foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. A Sociedade apurou o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, consequentemente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura. A alocação do preço de compra foi concluída em dezembro de 2014. O ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 661.553, sendo este motivado pela entrada da Sociedade no mercado farmacêutico de varejo e atacado no Brasil e a Extrafarma trazer uma escala inicial significativa, uma excelente rede de drogarias como ponto de partida e conhecimento e experiência específica do setor de atuação. A base fiscal dedutível do ágio por expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 780.239. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, conforme demonstrados abaixo:

| | Valores | Vida útil | Método de amortização |
|-------------------------------------|----------------|--------------|-----------------------|
| Marca – Extrafarma | 72.523 | Indefinida | - |
| Programa de fidelidade – Club Extra | 31.953 | 4 anos | Linear |
| Carteira de clientes atacado | 17.346 | 10 anos | Linear |
| Outros | 517 | Por contrato | Linear |
| Total | <u>122.339</u> | | |

O quadro a seguir resume os saldos dos valores justos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

| <u>Ativo circulante</u> | | <u>Passivo circulante</u> | |
|--|------------------|---|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 9.123 | Financiamentos ⁽¹⁾ | 179.818 |
| Contas a receber | 65.104 | Fornecedores | 118.769 |
| Estoque | 154.937 | Salários e encargos a pagar | 16.539 |
| Impostos a recuperar | 12.385 | Impostos e contribuições a pagar | 3.150 |
| Outros | <u>5.109</u> | Receita diferida | 5.152 |
| | 246.658 | Outros | <u>6.316</u> |
| | | | 329.744 |
| <u>Ativo não circulante</u> | | <u>Passivo não circulante</u> | |
| Imobilizado | 48.838 | Financiamentos ⁽¹⁾ | 28.093 |
| Intangível | 135.636 | Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 65.517 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 56.408 | Outros | <u>7.097</u> |
| Depósitos judiciais | 1.284 | | 100.707 |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura | <u>661.553</u> | | |
| | 903.719 | Total dos passivos assumidos | <u>430.451</u> |
| Total dos ativos adquiridos e do ágio | <u>1.150.377</u> | Valor da aquisição | 719.926 |

⁽¹⁾ A dívida bruta assumida na data da aquisição totaliza R\$ 207.911.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados e intangíveis adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente, e para maiores detalhes sobre as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, vide nota explicativa nº 23.a).

Os custos com a aquisição relacionados a advogados e consultorias foram reconhecidos no resultado do exercício em despesas gerais e administrativas e representaram aproximadamente 2% do valor da transação. Adicionalmente, a Sociedade reconheceu no patrimônio líquido, deduzindo a reserva de capital, o montante de R\$ 2.260 de gastos com advogados e auditoria externa relativos à custos de transação com a emissão de ações para os acionistas de Extrafarma na combinação de negócios.

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Sociedade em 2014, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação *pro forma* é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros:

| | <u>2014</u> |
|--|--------------------|
| Receita líquida de vendas e serviços | 67.824.629 |
| Lucro operacional | 2.287.695 |
| Lucro líquido do exercício | 1.248.369 |
| Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 30) | 2,2701 |
| Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 30) | 2,2540 |

b) Reorganização societária

Em 10 de dezembro de 2014, visando a simplificação da estrutura societária, a Sociedade e a controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), acionistas da Isa-Sul Administração e Participações Ltda. (“Isa-Sul”), aprovaram um aumento de capital na Isa-Sul no montante de R\$ 995.696 com a emissão de 995.696.000 novas quotas com valor unitário de R\$ 1,00. Todas as quotas foram subscritas e integralizadas com as ações ordinárias da Extrafarma detidas pela Sociedade. Após esta reorganização societária, a Sociedade passou a ser a controladora direta da Isa-Sul e a Isa-Sul passou a ser a controladora da Extrafarma.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 22 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 4.400.122 em 2014 (R\$ 3.543.700 em 2013) e estão distribuídos conforme abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Caixa e bancos | | | | |
| Em moeda nacional | 96 | 153 | 47.426 | 136.532 |
| Em moeda estrangeira | - | - | 85.870 | 88.394 |
| Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa | | | | |
| Em moeda nacional | | | | |
| Títulos de renda fixa | 119.131 | 110.125 | 2.690.638 | 2.051.143 |
| Em moeda estrangeira | | | | |
| Títulos de renda fixa | - | - | 3.435 | - |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | <u>119.227</u> | <u>110.278</u> | <u>2.827.369</u> | <u>2.276.069</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------|--------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Aplicações financeiras | | | | |
| Em moeda nacional | | | | |
| Títulos e fundos de renda fixa | 67.864 | 264 | 902.683 | 747.256 |
| Em moeda estrangeira | | | | |
| Títulos e fundos de renda fixa | - | - | 505.574 | 368.781 |
| Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a) | - | - | 164.496 | 151.594 |
| Total de aplicações financeiras | <u>67.864</u> | <u>264</u> | <u>1.572.753</u> | <u>1.267.631</u> |
| Circulante | <u>67.864</u> | <u>264</u> | <u>1.441.813</u> | <u>1.149.132</u> |
| Não circulante | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>130.940</u> | <u>118.499</u> |

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 22).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

| | 2014 | 2013 |
|---|------------------|------------------|
| Clientes nacionais | 2.424.756 | 2.159.355 |
| Financiamentos a clientes – Ipiranga | 310.062 | 276.044 |
| Clientes estrangeiros | 191.533 | 157.696 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (178.444) | (147.080) |
| | <u>2.747.907</u> | <u>2.446.015</u> |
| Circulante | <u>2.604.101</u> | <u>2.321.537</u> |
| Não circulante | <u>143.806</u> | <u>124.478</u> |

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

| | | Vencidos | | | | | |
|------|-----------|-----------|-----------|--------------|--------------|---------------|------------|
| | Total | A vencer | < 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | > 180 dias |
| 2014 | 2.926.351 | 2.515.782 | 128.778 | 25.479 | 12.457 | 23.542 | 220.313 |
| 2013 | 2.593.095 | 2.282.310 | 104.544 | 12.906 | 6.428 | 7.786 | 179.121 |

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

| | |
|---|-----------------------|
| Saldo em 2012 | 128.816 |
| Adições | 31.745 |
| Baixas por utilização | (13.481) |
| Saldo em 2013 | <u>147.080</u> |
| Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014) | 6.964 |
| Adições | 26.864 |
| Baixas por utilização | (2.464) |
| Saldo em 2014 | <u><u>178.444</u></u> |

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 22 – Risco de crédito de clientes.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

| | 2014 | | | 2013 | | |
|--|------------------|----------------------|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | Custo | Provisão para perdas | Saldo líquido | Custo | Provisão para perdas | Saldo líquido |
| Produtos acabados | 345.255 | (7.849) | 337.406 | 318.451 | (7.100) | 311.351 |
| Produtos em elaboração | 986 | - | 986 | 2.626 | - | 2.626 |
| Matérias-primas | 193.726 | (2.661) | 191.065 | 209.735 | (169) | 209.566 |
| Gás liquefeito de petróleo - GLP | 41.616 | (5.761) | 35.855 | 41.678 | (5.761) | 35.917 |
| Combustíveis, lubrificantes e graxas | 907.466 | (619) | 906.847 | 817.016 | (758) | 816.258 |
| Materiais de consumo e outros itens para revenda | 81.662 | (3.594) | 78.068 | 64.465 | (1.450) | 63.015 |
| Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos | 272.864 | (25.841) | 247.023 | - | - | - |
| Adiantamentos a fornecedores | 103.124 | - | 103.124 | 128.618 | - | 128.618 |
| Imóveis para revenda | <u>24.628</u> | <u>-</u> | <u>24.628</u> | <u>25.162</u> | <u>-</u> | <u>25.162</u> |
| | <u>1.971.327</u> | <u>(46.325)</u> | <u>1.925.002</u> | <u>1.607.751</u> | <u>(15.238)</u> | <u>1.592.513</u> |

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

| | |
|---|----------------------|
| Saldo em 2012 | 8.443 |
| Adição de provisão para ajuste ao valor de realização | 4.087 |
| Adição de provisão para obsolescência e outras perdas | <u>2.708</u> |
| Saldo em 2013 | 15.238 |
| Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014) | 27.689 |
| Adição de provisão para ajuste ao valor de realização | 2.637 |
| Adição de provisão para obsolescência e outras perdas | <u>761</u> |
| Saldo em 2014 | <u><u>46.325</u></u> |

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

| | 2014 | 2013 |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|
| Ajuste ao valor de realização | 12.134 | 9.497 |
| Obsolescência e outras perdas | <u>34.191</u> | <u>5.741</u> |
| Total | <u><u>46.325</u></u> | <u><u>15.238</u></u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| IRPJ e CSLL | 53.835 | 48.531 | 182.602 | 160.590 |
| ICMS | - | - | 296.747 | 210.045 |
| Provisão para perdas de ICMS ⁽¹⁾ | - | - | (67.657) | (65.180) |
| PIS e COFINS | - | - | 207.694 | 156.707 |
| Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxitenó México, Oxitenó Andina e Oxitenó Uruguay | - | - | 40.035 | 43.592 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI | - | - | 4.157 | 3.997 |
| Outros | - | - | 5.288 | 7.589 |
| Total | <u>53.835</u> | <u>48.531</u> | <u>668.866</u> | <u>517.340</u> |
| Circulante | <u>30.713</u> | <u>27.067</u> | <u>593.462</u> | <u>479.975</u> |
| Não circulante | <u>23.122</u> | <u>21.464</u> | <u>75.404</u> | <u>37.365</u> |

⁽¹⁾ A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

| | |
|---|-----------------|
| Saldo em 2012 | 61.717 |
| Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas | <u>3.463</u> |
| Saldo em 2013 | 65.180 |
| Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014) | 20.888 |
| Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas | <u>(18.411)</u> |
| Saldo em 2014 | <u>67.657</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

- **Controladora**

| | Ativo | | | Resultado financeiro |
|---|--|----------------------------------|----------------|-----------------------------|
| | Contas a receber ⁽¹⁾ | Debêntures ⁽²⁾ | Total | |
| Companhia Ultragaz S.A. | 14.685 | - | 14.685 | - |
| Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar | 2.026 | - | 2.026 | - |
| Oxiten S.A. Indústria e Comércio | 2.532 | - | 2.532 | - |
| Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. | 3.545 | - | 3.545 | - |
| Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | 7.090 | 776.578 | 783.668 | 119.806 |
| Total em 2014 | <u>29.878</u> | <u>776.578</u> | <u>806.456</u> | <u>119.806</u> |

| | Ativo | Resultado financeiro |
|------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|
| | Debêntures ⁽²⁾ | |
| Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | 772.194 | 89.541 |
| Total em 2013 | <u>772.194</u> | <u>89.541</u> |

⁽¹⁾ Refere-se ao Plano de Ações (vide nota explicativa nº 8.c)

⁽²⁾ Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

| | Mútuos | | Operações comerciais | |
|--|---------------|----------------|------------------------------|----------------------------|
| | Ativo | Passivo | A receber¹ | A pagar¹ |
| Oxicap Indústria de Gases Ltda. | 10.368 | - | - | 1.061 |
| Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. | - | 3.046 | - | - |
| ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. | - | - | 10.499 | 1.494 |
| Outros | 490 | 1.326 | - | - |
| Total em 2014 | <u>10.858</u> | <u>4.372</u> | <u>10.499</u> | <u>2.555</u> |

| | Mútuos | | Operações comerciais | |
|--|---------------|----------------|------------------------------|----------------------------|
| | Ativo | Passivo | A receber¹ | A pagar¹ |
| Oxicap Indústria de Gases Ltda. | 10.368 | - | - | 1.069 |
| Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. | - | 3.046 | - | - |
| Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. | - | - | - | 1.051 |
| ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. | - | - | 7.952 | 1.210 |
| Outros | 490 | 826 | - | - |
| Total em 2013 | <u>10.858</u> | <u>3.872</u> | <u>7.952</u> | <u>3.330</u> |

¹Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | Operações comerciais | |
|--|------------------------------------|----------------|
| | Vendas e serviços prestados | Compras |
| Oxicap Indústria de Gases Ltda. | 6 | 12.725 |
| Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. | - | 59.162 |
| ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. | 18.887 | - |
| Total em 2014 | <u>18.893</u> | <u>71.887</u> |

| | Operações comerciais | |
|--|------------------------------------|----------------|
| | Vendas e serviços prestados | Compras |
| Oxicap Indústria de Gases Ltda. | 6 | 12.371 |
| Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. | - | 30.607 |
| ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. | 10.161 | - |
| Total em 2013 | <u>10.167</u> | <u>42.978</u> |

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.I). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração – Remuneração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente é beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento de interesses de longo prazo, fazendo jus a remuneração variável adicional em função do desempenho das ações entre 2013 e 2018, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 24.b).

Em 2014, a Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) no montante de R\$ 40.993 (R\$ 34.282 em 2013). Deste total, R\$ 30.187 referem-se à remuneração de curto prazo (R\$ 28.041 em 2013), R\$ 5.462 a remuneração em ações (R\$ 3.642 em 2013), R\$ 3.660 a benefício pós-emprego (R\$ 2.599 em 2013) e R\$ 1.684 a remuneração de longo prazo.

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

| Data da outorga | Saldo de ações restritas outorgadas | Prazo para transferência da sua propriedade das ações | Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$) | Custos totais das outorgas, incluindo impostos | Custos das outorgas reconhecidas acumuladas | Custos de outorgas não reconhecidas |
|------------------------|--|--|---|---|--|--|
| 9 de dezembro de 2014 | 590.000 | 2019 a 2021 | 50,64 | 41.210 | (583) | 40.627 |
| 5 de março de 2014 | 83.400 | 2019 a 2021 | 52,15 | 5.999 | (849) | 5.150 |
| 3 de fevereiro de 2014 | 150.000 | 2018 a 2020 | 55,36 | 11.454 | (2.158) | 9.296 |
| 7 de novembro de 2012 | 350.000 | 2017 a 2019 | 42,90 | 20.710 | (7.621) | 13.089 |
| 14 de dezembro de 2011 | 120.000 | 2016 a 2018 | 31,85 | 5.272 | (2.761) | 2.511 |
| 10 de novembro de 2010 | 260.000 | 2015 a 2017 | 26,78 | 9.602 | (6.795) | 2.807 |
| 16 de dezembro de 2009 | 166.656 | 2014 a 2016 | 20,75 | 7.155 | (6.138) | 1.017 |
| 8 de outubro de 2008 | 192.008 | 2013 a 2015 | 9,99 | 8.090 | (7.807) | 283 |
| 12 de dezembro de 2007 | - | 2012 a 2014 | 16,17 | 3.570 | (3.570) | - |
| 9 de novembro de 2006 | 207.200 | 2016 | 11,62 | 3.322 | (2.713) | 609 |
| 14 de dezembro de 2005 | 93.600 | 2015 | 8,21 | 1.060 | (962) | 98 |
| 4 de outubro de 2004 | - | 2014 | 10,20 | 2.361 | (2.361) | - |
| | <u>2.212.864</u> | | | <u>119.805</u> | <u>(44.318)</u> | <u>75.487</u> |

Em 2014, a amortização de R\$ 12.289 (R\$ 9.729 em 2013) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

| | |
|--|------------------|
| Saldo em 2012 | 2.370.540 |
| Ações transferidas aos administradores | (484.512) |
| Saldo em 2013 | <u>1.886.028</u> |
| Ações outorgadas em 3 de fevereiro de 2014 | 150.000 |
| Ações outorgadas em 5 de março de 2014 | 83.400 |
| Ações outorgadas em 9 de dezembro de 2014 | 590.000 |
| Ações transferidas aos administradores | <u>(496.564)</u> |
| Saldo em 2014 | <u>2.212.864</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------|--------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre: | | | | |
| Provisões para perda de ativos | - | - | 55.527 | 32.130 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 15 | 10 | 128.365 | 111.395 |
| Provisão para benefícios pós-emprego | - | - | 40.729 | 43.753 |
| Provisão para diferenças caixa vs. competência | - | - | 457 | - |
| Parcela referente ao ágio sobre investimentos | - | - | 48.162 | 57.334 |
| Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio | - | - | 68.458 | 28.105 |
| Provisão para retirada de tanques | - | - | 21.116 | 13.760 |
| Demais provisões | 1.464 | 385 | 59.802 | 44.048 |
| Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d) | - | - | 39.957 | 45.607 |
| Total | 1.479 | 395 | 462.573 | 376.132 |
| Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre: | | | | |
| Reavaliação de imobilizado | - | - | 3.009 | 3.130 |
| Arrendamento mercantil | - | - | 4.948 | 5.640 |
| Provisão para diferenças caixa vs. competência | - | - | 77.266 | 61.864 |
| Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos | - | - | 11.183 | 3.963 |
| Combinação de negócios – mais valia de ativos | - | - | 49.181 | 14.584 |
| Diferenças temporárias de controladas no exterior | - | - | 5.097 | 4.088 |
| Provisão para benefícios pós-emprego | - | - | - | 5.911 |
| Demais provisões | - | - | 2.163 | 2.319 |
| Total | - | - | 152.847 | 101.499 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

| | 2014 | 2013 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Saldo inicial | 274.633 | 384.407 |
| IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício | (21.745) | (90.996) |
| IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes | (863) | (9.304) |
| IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócios | 56.408 | (8.365) |
| Outros | <u>1.293</u> | <u>(1.109)</u> |
| Saldo final | <u><u>309.726</u></u> | <u><u>274.633</u></u> |

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

| | Controladora | Consolidado |
|----------------|---------------------|-----------------------|
| Até 1 ano | - | 106.754 |
| De 1 a 2 anos | 124 | 104.496 |
| De 2 a 3 anos | 140 | 52.192 |
| De 3 a 5 anos | 337 | 66.608 |
| De 5 a 7 anos | 505 | 93.119 |
| De 7 a 10 anos | <u>373</u> | <u>39.404</u> |
| | <u><u>1.479</u></u> | <u><u>462.573</u></u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial | 50.917 | 34.045 | 1.841.190 | 1.806.428 |
| Alíquotas oficiais de imposto - % | 34 | 34 | 34 | 34 |
| Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais | (17.312) | (11.575) | (626.005) | (614.185) |
| Ajustes dos encargos à taxa efetiva: | | | | |
| Despesas indedutíveis (i) | (405) | (340) | (26.519) | (24.793) |
| Receitas não tributáveis (ii) | 13 | 104 | 2.596 | 6.569 |
| Ajuste do lucro presumido (iii) | - | - | 13.638 | 6.050 |
| Juros sobre capital próprio (iv) | - | (59.617) | - | (218) |
| Demais ajustes | 25 | 23 | (603) | 1.100 |
| Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais | (17.679) | (71.405) | (636.893) | (625.477) |
| Incentivos fiscais – SUDENE | - | - | 63.405 | 52.755 |
| Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado | (17.679) | (71.405) | (573.488) | (572.722) |
| Corrente | (18.763) | (71.757) | (615.148) | (534.481) |
| Diferido | 1.084 | 352 | (21.745) | (90.996) |
| Incentivos fiscais – SUDENE | - | - | 63.405 | 52.755 |
| Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - % | | | 31,1 | 31,7 |

- (i) As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos e certas provisões;
- (ii) As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram esta forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob este método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (iv) Juros sobre capital próprio são uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculados com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas é dedutível para fins de imposto de renda.

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

| <u>Controlada</u> | <u>Unidades</u> | <u>Incentivo - %</u> | <u>Término</u> |
|---|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| Oxitenos Nordeste S.A. Indústria e Comércio | Planta de Camaçari | 75 | 2016 |
| Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. | Base de Caucaia ⁽¹⁾ | 75 | 2012 |
| | Base de Mataripe ⁽¹⁾ | 75 | 2013 |
| | Base de Aracaju | 75 | 2017 |
| | Base de Suape | 75 | 2018 |
| Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar | Terminal de Suape | 75 | 2020 |
| | Terminal de Aratu ⁽²⁾ | 75 | 2022 |
| Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. | Planta de Camaçari | 75 | 2022 |

Em 30 de dezembro de 2014 foi protocolado pelo Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar (“Tequimar”) na SUDENE pleito requerendo o reconhecimento do incentivo de redução, em virtude da implantação do Terminal de Itaquí, em São Luís, Maranhão.

⁽¹⁾ Serão ainda protocolados na SUDENE no 1º trimestre de 2015 pleitos requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em face do aumento de produção verificado na base de Caucaia e de modernização efetuada na base de Mataripe.

⁽²⁾ Foi deferido pela SUDENE, em 26 de dezembro de 2013, o pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em face da modernização verificada no terminal de Aratu. Devido ao decurso do prazo para manifestação da Secretaria da Receita Federal sobre o laudo, o Tequimar reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2014, retroativo a janeiro de 2013 no montante de R\$ 4.356.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 2014, a Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 126.624 (R\$ 142.952 em 2013) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 92.232 (R\$ 109.652 em 2013), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 39.957 em 2014 (R\$ 45.607 em 2013).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Lei 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627/13)

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias: (i) revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispôs sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Sociedade e suas controladas decidiram por não antecipar a aplicação dos efeitos dessa norma para o ano-calendário de 2014.

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

| | 2014 | 2013 |
|---|----------------|----------------|
| Aluguéis | 99.285 | 92.375 |
| Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c) | 61.183 | 23.408 |
| Prêmios de seguros | 20.295 | 10.319 |
| Manutenção de <i>software</i> | 6.790 | 3.900 |
| Propaganda e publicidade | 6.103 | 25.864 |
| Compras de vale alimentação e transporte | 1.559 | 1.541 |
| Tributos e demais despesas antecipadas | 3.281 | 5.575 |
| | <u>198.496</u> | <u>162.982</u> |
| Circulante | <u>67.268</u> | <u>65.177</u> |
| Não circulante | <u>131.228</u> | <u>97.805</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

| 2014 | | | | | Empreendimento controlado em conjunto |
|--|---|-----------------------------------|------------------------------------|---|---|
| | Controladas | | | | Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. |
| | Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda. | Oxiteno S.A. Indústria e Comércio | Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | Isa-Sul Administração e Participações Ltda. | |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 11.839.764 | 35.102.127 | 224.467.228.244 | 995.696.000 | 5.078.888 |
| Ativo | 1.168.896 | 3.546.989 | 10.668.027 | 995.028 | 263.527 |
| Passivo | 84.003 | 526.423 | 8.654.065 | 11.524 | 191.018 |
| Patrimônio líquido | 1.084.893 | 3.020.625(*) | 2.013.962 | 983.504(*) | 72.509 |
| Receita líquida de vendas e serviços | - | 1.023.388 | 58.764.533 | 21.197 | 233.308 |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | 99.990 | 240.457(*) | 881.131 | (16.410)(**) | (151) |
| Participação no capital social - % | 100 | 100 | 100 | 99 | 33 |

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

(**) reduzido pela eliminação do ganho no aporte devido à reorganização societária no montante de R\$ 56.389 (vide nota explicativa nº 3.b).

Os percentuais acima estão arredondados.

| 2013 | | | | | Empreendimento controlado em conjunto |
|--|---|-----------------------------------|------------------------------------|-----------|---|
| | Controladas | | | | Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. |
| | Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda. | Oxiteno S.A. Indústria e Comércio | Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | | |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 11.839.764 | 35.102.127 | 224.467.228.244 | 5.078.888 | |
| Ativo | 1.068.847 | 3.373.026 | 9.389.351 | 214.375 | |
| Passivo | 3.888 | 480.755 | 7.234.447 | 145.856 | |
| Patrimônio líquido | 1.064.959 | 2.892.330 (*) | 2.154.904 | 68.519 | |
| Receita líquida de vendas e serviços | - | 968.975 | 53.325.243 | 200.328 | |
| Lucro líquido do exercício | 76.387 | 215.729 (*) | 965.607 | 3.963 | |
| Participação no capital social - % | 100 | 100 | 100 | 33 | |

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 21.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

| | Investimentos em controladas | | | | | Empreendimento controlado em conjunto | | |
|---|---|-----------------------------------|------------------------------------|---|---|---------------------------------------|---|-------------|
| | Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda. | Oxiteno S.A. Indústria e Comércio | Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. | Isa-Sul Administração e Participações Ltda. | Total | Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. | Total |
| Saldo em 2012 | 988.511 | 2.349.275 | 2.435.502 | - | - | 5.773.288 | 19.759 | 5.793.047 |
| Equivalência patrimonial | 76.387 | 215.729 | 965.607 | - | - | 1.257.723 | 4.780 | 1.262.503 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto) | - | (51.235) | (560.942) | - | - | (612.177) | (1.788) | (613.965) |
| Aporte de capital em dinheiro | - | 350.000 | - | - | - | 350.000 | - | 350.000 |
| Redução de capital | - | - | (700.000) | - | - | (700.000) | - | (700.000) |
| Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa | - | - | (139) | - | - | (139) | - | (139) |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 61 | 3.106 | 14.876 | - | - | 18.043 | - | 18.043 |
| Ajustes de conversão de controladas no exterior | - | 25.455 | - | - | - | 25.455 | - | 25.455 |
| Saldo em 2013 | 1.064.959 | 2.892.330 | 2.154.904 | - | - | 6.112.193 | 22.751 | 6.134.944 |
| Equivalência patrimonial | 99.990 | 240.457 | 881.131 | 2.523 | (15.726) | 1.208.375 | (50) | 1.208.325 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto) | (80.000) | (117.107) | (1.022.540) | - | - | (1.219.647) | - | (1.219.647) |
| Aquisição Extrafarma (vide nota explicativa nº 3.a) | - | - | - | 719.926 | - | 719.926 | - | 719.926 |
| Aporte de capital em dinheiro | - | - | - | 236.100 | - | 236.100 | - | 236.100 |
| Passivo contingente – combinação de negócio Extrafarma (1) | - | - | - | 3.654 | - | 3.654 | - | 3.654 |
| Realização da mais-valia apurada na aquisição | - | - | - | (22.896) | - | (22.896) | - | (22.896) |
| Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa | - | - | (32) | - | - | (32) | - | (32) |
| Ajustes de avaliação patrimonial | (56) | (171) | 499 | - | 74 | 346 | 1.375 | 1.721 |
| Ajustes de conversão de controladas no exterior | - | 5.116 | - | - | - | 5.116 | - | 5.116 |
| Reorganização societária (vide nota explicativa nº 3.b) (2) | - | - | - | (939.307) | 995.696 | 56.389 | - | 56.389 |
| Saldo em 2014 | 1.084.893 | 3.020.625 | 2.013.962 | - | 980.044 | 7.099.524 | 24.076 | 7.123.600 |

(1) transferido para o passivo não-circulante devido a reorganização societária (vide nota explicativa nº 3.b)

(2) reduzido na equivalência patrimonial o ganho de R\$ 56.389 apurado no aporte devido à reorganização societária (vide nota explicativa nº 3.b).

(*) inclui ajustes decorrentes da conclusão dos trabalhos de auditoria de 2012.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis. A ConectCar, constituída em novembro de 2012, iniciou sua operação em 23 de abril de 2013 no Estado de São Paulo e atualmente opera também nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Mato Grosso e Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

| Movimentação dos investimentos | | | | |
|---------------------------------------|--------------------|----------------|------------------|----------------|
| | União Vopak | RPR | ConectCar | Total |
| Saldo em 2012 | 5.714 | 19.759 | 2.736 | 28.209 |
| Aporte de capital | - | - | 24.945 | 24.945 |
| Equivalência patrimonial | 1.302 | 4.780 (*) | (11.962) | (5.880) |
| Dividendos recebidos | <u>(1.100)</u> | <u>(1.788)</u> | <u>-</u> | <u>(2.888)</u> |
| Saldo em 2013 | 5.916 | 22.751 | 15.719 | 44.386 |
| Aporte de capital | - | - | 28.500 | 28.500 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | 1.375 | - | 1.375 |
| Equivalência patrimonial | 181 | (50) | (18.747) | (18.616) |
| Dividendos recebidos | <u>(1.137)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(1.137)</u> |
| Saldo em 2014 | <u>4.960</u> | <u>24.076</u> | <u>25.472</u> | <u>54.508</u> |

(*) inclui ajustes decorrentes da conclusão dos trabalhos de auditoria de 2012.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

| | 2014 | | |
|--|-------------|-----------|------------|
| | União Vopak | RPR | ConectCar |
| Ativo circulante | 2.762 | 160.789 | 38.852 |
| Ativo não circulante | 8.066 | 102.738 | 53.236 |
| Passivo circulante | 908 | 101.083 | 41.143 |
| Passivo não circulante | - | 89.935 | - |
| Patrimônio líquido | 9.920 | 72.509 | 50.945 |
| Receita líquida | 10.490 | 233.308 | 9.981 |
| Custos e despesas operacionais | (10.114) | (232.634) | (66.797) |
| Resultado financeiro e IRPJ e CSLL | (14) | (825) | 19.323 |
| Lucro (prejuízo) líquido | 362 | (151) | (37.493) |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 29.995 | 5.078.888 | 57.500.000 |
| Participação no capital social - % | 50 | 33 | 50 |

Os percentuais acima estão arredondados.

| | 2013 | | |
|--|-------------|-----------|------------|
| | União Vopak | RPR | ConectCar |
| Ativo circulante | 3.814 | 115.968 | 26.585 |
| Ativo não circulante | 9.358 | 98.407 | 25.301 |
| Passivo circulante | 1.340 | 46.973 | 20.448 |
| Passivo não circulante | - | 98.883 | - |
| Patrimônio líquido | 11.832 | 68.519 | 31.438 |
| Receita líquida | 12.632 | 200.328 | 4.146 |
| Custos e despesas operacionais | (8.954) | (191.860) | (40.319) |
| Resultado financeiro e IRPJ e CSLL | (1.074) | (4.505) | 12.248 |
| Lucro (prejuízo) líquido | 2.604 | 3.963 | (23.925) |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 29.995 | 5.078.888 | 50.000.000 |
| Participação no capital social - % | 50 | 33 | 50 |

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2014, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

| Movimentação dos investimentos | | | | | |
|--------------------------------|--|---------------------------------------|---|--------------------------|---------------|
| | Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. | Oxicap Indústria de Gases Ltda. | Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. | Metalúrgica Plus S.A. | Total |
| Saldo em 2012 | 7.014 | 2.020 | 3.636 | - | 12.670 |
| Redução de capital | (1.500) | - | - | - | (1.500) |
| Equivalência patrimonial | 764 | 124 | (1) | - | 887 |
| Dividendos recebidos | <u>(316)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(316)</u> |
| Saldo em 2013 | 5.962 | 2.144 | 3.635 | - | 11.741 |
| Equivalência patrimonial | 975 | 946 | 41 | 165 | 2.127 |
| Dividendos recebidos | <u>(725)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(725)</u> |
| Saldo em 2014 | <u>6.212</u> | <u>3.090</u> | <u>3.676</u> | <u>165</u> | <u>13.143</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

| | 2014 | | | | |
|---|---|--|---|----------------------------------|---|
| | Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. | Oxicap Indústria de Gases Ltda. | Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. | Metalúrgica Plus S.A. | Plenogás Distribuidora de Gás S.A. |
| Ativo circulante | 5.832 | 12.434 | 103 | 923 | 231 |
| Ativo não circulante | 19.978 | 77.199 | 10.358 | 1.682 | 2.830 |
| Passivo circulante | 632 | 2.771 | - | 403 | 80 |
| Passivo não circulante | 332 | 74.502 | 3.109 | 1.708 | 3.144 |
| Patrimônio líquido | 24.846 | 12.360 | 7.352 | 494 | (163) |
| Receita líquida | 8.525 | 32.972 | - | - | - |
| Custos e despesas operacionais | (4.543) | (27.174) | (45) | 344 | 442 |
| Resultado financeiro e imposto de renda | (84) | (2.013) | 127 | 990 | (13) |
| Lucro líquido | 3.898 | 3.785 | 82 | 1.334 | 429 |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 20.124.996 | 156 | 1.493.120 | 3.000 | 1.384.308 |
| Participação no capital social - % | 25 | 25 | 50 | 33 | 33 |

Os percentuais acima estão arredondados.

| | 2013 | | | | |
|---|---|--|---|----------------------------------|---|
| | Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. | Oxicap Indústria de Gases Ltda. | Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. | Metalúrgica Plus S.A. | Plenogás Distribuidora de Gás S.A. |
| Ativo circulante | 4.482 | 19.507 | 85 | 555 | 3 |
| Ativo não circulante | 20.449 | 73.767 | 10.085 | 331 | 2.926 |
| Passivo circulante | 749 | 11.019 | - | 17 | 62 |
| Passivo não circulante | 332 | 73.681 | 2.901 | 1.708 | 3.459 |
| Patrimônio líquido | 23.850 | 8.574 | 7.269 | (839) | (592) |
| Receita líquida | 6.794 | 31.458 | - | - | - |
| Custos e despesas operacionais | (3.665) | (30.629) | (30) | (159) | 276 |
| Resultado financeiro e imposto de renda | (74) | (335) | 28 | 1 | 12 |
| Lucro (prejuízo) líquido | 3.055 | 494 | (2) | (158) | 288 |
| Quantidade de ações ou cotas possuídas | 20.124.996 | 156 | 1.493.120 | 3.000 | 1.384.308 |
| Participação no capital social - % | 25 | 25 | 50 | 33 | 33 |

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

| | Prazo médio ponderado de depreciação (anos) | Saldo em 2013 | Adições | Depreciações | Transferências | Baixas | Saldo inicial da Extrafarma ⁽¹⁾ | Variação cambial | Saldo em 2014 |
|--|---|--------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|--|------------------|--------------------|
| Custo: | | | | | | | | | |
| Terrenos | - | 458.619 | 6.586 | - | 16.126 | (6.668) | - | 1.444 | 476.107 |
| Edificações | 30 | 1.219.746 | 8.781 | - | 53.395 | (11.189) | - | 4.995 | 1.275.728 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 11 | 549.841 | 9.104 | - | 51.047 | (1.634) | 23.023 | (39) | 631.342 |
| Máquinas e equipamentos | 13 | 3.745.901 | 81.454 | - | 77.810 | (6.957) | 6.365 | 4.902 | 3.909.475 |
| Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis | 14 | 1.939.720 | 103.387 | - | 76.431 | (22.975) | - | - | 2.096.563 |
| Tanques e vasilhames para GLP | 12 | 460.596 | 85.958 | - | - | (51.863) | - | - | 494.691 |
| Veículos | 8 | 213.635 | 25.207 | - | 18.642 | (18.668) | 5.554 | 97 | 244.467 |
| Móveis e utensílios | 9 | 126.758 | 13.094 | - | 2.116 | (1.030) | 14.923 | 254 | 156.115 |
| Obras em andamento | - | 302.076 | 328.034 | - | (266.699) | (1.150) | 6.752 | 3.961 | 372.974 |
| Adiantamentos a fornecedores | - | 27.558 | 26.320 | - | (32.100) | (2.251) | - | - | 19.527 |
| Importações em andamento | - | 130 | 1.723 | - | (1.690) | - | - | (104) | 59 |
| Equipamentos de informática | 5 | 206.286 | 25.830 | - | 714 | (1.556) | 8.683 | (27) | 239.930 |
| | | <u>9.250.866</u> | <u>715.478</u> | <u>-</u> | <u>(4.208)</u> | <u>(125.941)</u> | <u>65.300</u> | <u>15.483</u> | <u>9.916.978</u> |
| Depreciação acumulada: | | | | | | | | | |
| Edificações | | (533.776) | - | (37.671) | (26) | 6.171 | - | (6) | (565.308) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | | (269.598) | - | (40.367) | (280) | 1.146 | (4.585) | 37 | (313.647) |
| Máquinas e equipamentos | | (1.939.238) | - | (226.811) | 312 | 5.875 | (1.756) | 3.228 | (2.158.390) |
| Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis | | (1.066.425) | - | (115.095) | 2 | 17.444 | - | - | (1.164.074) |
| Tanques e vasilhames para GLP | | (221.321) | - | (29.653) | - | 19.973 | - | - | (231.001) |
| Veículos | | (87.860) | - | (12.509) | - | 12.922 | (2.503) | (54) | (90.004) |
| Móveis e utensílios | | (93.246) | - | (9.449) | (3) | 902 | (3.624) | (63) | (105.483) |
| Equipamentos de informática | | (173.942) | - | (13.206) | (37) | 1.417 | (3.994) | (97) | (189.859) |
| | | <u>(4.385.406)</u> | <u>-</u> | <u>(484.761)</u> | <u>(32)</u> | <u>65.850</u> | <u>(16.462)</u> | <u>3.045</u> | <u>(4.817.766)</u> |
| Provisão para perdas: | | | | | | | | | |
| Terrenos | | (197) | - | - | - | - | - | - | (197) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | | - | (459) | - | - | - | - | (3) | (462) |
| Máquinas e equipamentos | | (5.027) | (1.451) | - | - | 592 | - | (9) | (5.895) |
| Equipamentos de informática | | (6) | (677) | - | - | - | - | - | (683) |
| Móveis e utensílios | | (5) | - | - | - | 1 | - | - | (4) |
| | | <u>(5.235)</u> | <u>(2.587)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>593</u> | <u>-</u> | <u>(12)</u> | <u>(7.241)</u> |
| Custo líquido | | <u>4.860.225</u> | <u>712.891</u> | <u>(484.761)</u> | <u>(4.240)</u> | <u>(59.498)</u> | <u>48.838</u> | <u>18.516</u> | <u>5.091.971</u> |

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | Prazo médio ponderado de depreciação (anos) | Saldo em 2012 | Adições | Depreciações | Transferências | Baixas | Saldo inicial Oxitenor Uruguay ⁽²⁾ | Variação cambial | Saldo em 2013 |
|--|---|--------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|---|------------------|--------------------|
| Custo: | | | | | | | | | |
| Terrenos | - | 403.563 | 3.883 | - | 53.725 | (12.036) | 6.881 | 2.603 | 458.619 |
| Edificações | 29 | 1.152.647 | 6.973 | - | 66.744 | (17.538) | (279) | 11.199 | 1.219.746 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 12 | 507.548 | 5.663 | - | 37.669 | (1.097) | - | 58 | 549.841 |
| Máquinas e equipamentos | 12 | 3.465.698 | 78.304 | - | 126.864 | (3.755) | 18.048 | 60.742 | 3.745.901 |
| Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis | 14 | 1.816.791 | 90.621 | - | 42.059 | (19.010) | - | 9.259 | 1.939.720 |
| Tanques e vasilhames para GLP | 12 | 441.006 | 73.053 | - | (30) | (53.433) | - | - | 460.596 |
| Veículos | 10 | 198.674 | 17.415 | - | 12.948 | (15.517) | 156 | (41) | 213.635 |
| Móveis e utensílios | 8 | 117.296 | 4.912 | - | 2.554 | (183) | - | 2.179 | 126.758 |
| Obras em andamento | - | 294.328 | 306.870 | - | (293.931) | (2.295) | - | (2.896) | 302.076 |
| Adiantamentos a fornecedores | - | 12.881 | 67.824 | - | (53.147) | - | - | - | 27.558 |
| Importações em andamento | - | 174 | 240 | - | (145) | - | - | (139) | 130 |
| Equipamentos de informática | 5 | 197.881 | 13.007 | - | 973 | (5.846) | - | 271 | 206.286 |
| | | <u>8.608.487</u> | <u>668.765</u> | <u>-</u> | <u>(3.717)</u> | <u>(130.710)</u> | <u>24.806</u> | <u>83.235</u> | <u>9.250.866</u> |
| Depreciação acumulada: | | | | | | | | | |
| Edificações | | (496.449) | - | (38.652) | (923) | 8.631 | - | (6.383) | (533.776) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | | (237.447) | - | (33.111) | (19) | 754 | - | 225 | (269.598) |
| Máquinas e equipamentos | | (1.673.635) | - | (219.443) | 867 | 2.337 | - | (49.364) | (1.939.238) |
| Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis | | (972.014) | - | (105.921) | 2 | 11.508 | - | - | (1.066.425) |
| Tanques e vasilhames para GLP | | (216.707) | - | (28.133) | 28 | 23.491 | - | - | (221.321) |
| Veículos | | (89.221) | - | (9.287) | - | 10.719 | - | (71) | (87.860) |
| Móveis e utensílios | | (83.447) | - | (8.160) | 1 | 144 | - | (1.784) | (93.246) |
| Equipamentos de informática | | (166.721) | - | (12.145) | 1 | 4.973 | - | (50) | (173.942) |
| | | <u>(3.935.641)</u> | <u>-</u> | <u>(454.852)</u> | <u>(43)</u> | <u>62.557</u> | <u>-</u> | <u>(57.427)</u> | <u>(4.385.406)</u> |
| Provisão para perdas: | | | | | | | | | |
| Terrenos | | (197) | - | - | - | - | - | - | (197) |
| Máquinas e equipamentos | | (5.616) | (155) | - | - | 744 | - | - | (5.027) |
| Equipamentos de informática | | (3) | (6) | - | - | 3 | - | - | (6) |
| Veículos | | - | (106) | - | - | 106 | - | - | - |
| Móveis e utensílios | | (10) | - | - | - | 5 | - | - | (5) |
| | | <u>(5.826)</u> | <u>(267)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>858</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(5.235)</u> |
| Custo líquido | | <u>4.667.020</u> | <u>668.498</u> | <u>(454.852)</u> | <u>(3.760)</u> | <u>(67.295)</u> | <u>24.806</u> | <u>25.808</u> | <u>4.860.225</u> |

⁽²⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Oxitenor Uruguay vide nota explicativa nº 3.a) das demonstrações financeiras de 2013 arquivadas na CVM em 19 de fevereiro de 2014.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

| | Prazo médio ponderado de amortização (anos) | Saldo em 2013 | Adições | Amortiza- ções | Transfe- rências | Baixas | Saldo inicial da Extrafarma ⁽¹⁾ | Variação cambial | Saldo em 2014 |
|--|--|--------------------------|----------------|---------------------------|-----------------------------|---------------|---|-----------------------------|--------------------------|
| Custo: | | | | | | | | | |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i) | - | 794.626 | - | - | - | - | 661.553 | - | 1.456.179 |
| Software (ii) | 5 | 353.637 | 73.994 | - | 16.379 | (456) | 7.817 | 565 | 451.936 |
| Tecnologia (iii) | 5 | 32.436 | 181 | - | - | - | - | - | 32.617 |
| Direitos de propriedade comercial (iv) | 11 | 16.334 | 1.838 | - | - | - | 13.709 | - | 31.881 |
| Fundo de comércio(v) | 4 | 2.213.573 | 532.461 | - | (190) | (205) | 17.346 | - | 2.762.985 |
| Marcas (vi) | - | 29.048 | - | - | - | - | 72.523 | 3.887 | 105.458 |
| Outros (vii) | 9 | 16.475 | 407 | - | (10.294) | - | 31.953 | 65 | 38.606 |
| | | <u>3.456.129</u> | <u>608.881</u> | <u>-</u> | <u>5.895</u> | <u>(661)</u> | <u>804.901</u> | <u>4.517</u> | <u>4.879.662</u> |
| Amortização acumulada: | | | | | | | | | |
| Software | | (261.693) | - | (36.780) | (3.922) | 455 | (1.416) | (424) | (303.780) |
| Tecnologia | | (27.690) | - | (1.782) | - | - | - | 1 | (29.471) |
| Direitos de propriedade comercial | | (5.515) | - | (2.742) | 8 | - | (6.296) | - | (14.545) |
| Fundo de comércio | | (992.022) | - | (367.681) | (6.536) | 111 | - | - | (1.366.128) |
| Outros | | (454) | - | (7.164) | - | - | - | (7) | (7.625) |
| | | <u>(1.287.374)</u> | <u>-</u> | <u>(416.149)</u> | <u>(10.450)</u> | <u>566</u> | <u>(7.712)</u> | <u>(430)</u> | <u>(1.721.549)</u> |
| Custo líquido | | <u>2.168.755</u> | <u>608.881</u> | <u>(416.149)</u> | <u>(4.555)</u> | <u>(95)</u> | <u>797.189</u> | <u>4.087</u> | <u>3.158.113</u> |

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | Prazo médio ponderado de amortização (anos) | Saldo em 2012 | Adições | Amortiza- ções | Transfe- rências | Baixas | Saldo inicial da Oxiteno Uruguay ⁽²⁾ | Variação cambial | Saldo em 2013 |
|--|--|------------------|----------------|-------------------|---------------------|--------------|---|---------------------|--------------------|
| Custo: | | | | | | | | | |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i) | - | 804.697 | - | - | - | - | (10.071) | - | 794.626 |
| Software (ii) | 5 | 324.881 | 36.457 | - | (9.778) | (697) | - | 2.774 | 353.637 |
| Tecnologia (iii) | 5 | 32.257 | 179 | - | - | - | - | - | 32.436 |
| Direitos de propriedade comercial (iv) | 30 | 16.334 | - | - | - | - | - | - | 16.334 |
| Fundo de comércio(v) | 5 | 1.706.335 | 505.373 | - | - | - | 1.865 | - | 2.213.573 |
| Marcas (vi) | - | 25.339 | - | - | - | - | - | 3.709 | 29.048 |
| Outros | 9 | 4.483 | 927 | - | 11.231 | (155) | - | (11) | 16.475 |
| | | <u>2.914.326</u> | <u>542.936</u> | <u>-</u> | <u>1.453</u> | <u>(852)</u> | <u>(8.206)</u> | <u>6.472</u> | <u>3.456.129</u> |
| Amortização acumulada: | | | | | | | | | |
| Software | | (233.520) | - | (32.472) | 3.698 | 693 | - | (92) | (261.693) |
| Tecnologia | | (22.717) | - | (4.973) | - | - | - | - | (27.690) |
| Direitos de propriedade comercial | | (4.966) | - | (549) | - | - | - | - | (5.515) |
| Fundo de comércio | | (687.381) | - | (302.787) | (1.854) | - | - | - | (992.022) |
| Outros | | (442) | - | (50) | - | 43 | - | (5) | (454) |
| | | <u>(949.026)</u> | <u>-</u> | <u>(340.831)</u> | <u>1.844</u> | <u>736</u> | <u>-</u> | <u>(97)</u> | <u>(1.287.374)</u> |
| Provisão para perdas: | | | | | | | | | |
| Software | | (4) | - | - | - | 4 | - | - | - |
| | | <u>(4)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>4</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Custo líquido | | <u>1.965.296</u> | <u>542.936</u> | <u>(340.831)</u> | <u>3.297</u> | <u>(112)</u> | <u>(8.206)</u> | <u>6.375</u> | <u>2.168.755</u> |

⁽²⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Oxiteno Uruguay vide nota explicativa nº 3.a) das demonstrações financeiras de 2013 arquivadas na CVM em 19 de fevereiro de 2014.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i) Os ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio por expectativa de rentabilidade futura:

| | Segmento | 2014 | 2013 |
|-----------------------|-----------------|------------------|----------------|
| Ágio na aquisição de: | | | |
| Extrafarma (*) | Extrafarma | 661.553 | - |
| Ipiranga | Ipiranga | 276.724 | 276.724 |
| União Terminais | Ultracargo | 211.089 | 211.089 |
| Texaco | Ipiranga | 177.759 | 177.759 |
| Oxitenio Uruguay | Oxitenio | 44.856 | 44.856 |
| Temmar | Ultracargo | 43.781 | 43.781 |
| DNP | Ipiranga | 24.736 | 24.736 |
| Repsol | Ultragaz | 13.403 | 13.403 |
| Outros | | 2.278 | 2.278 |
| | | <u>1.456.179</u> | <u>794.626</u> |

(*) Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma, vide nota explicativa nº 3.a).

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2014 variaram de 9,3% a 26,4% e 0% a 3,8% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

ii) Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é registrado no resultado.

v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

vi) Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘*am/pm*’ no Brasil e da marca Extrafarma (vide nota explicativa nº 3.a).

vii) Em 2014, Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Club Extra (vide nota explicativa nº 3.a).

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

| | 2014 | 2013 |
|---|----------------|----------------|
| Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 8.916 | 11.534 |
| Despesas com vendas e comerciais | 370.828 | 298.786 |
| Despesas gerais e administrativas | 36.405 | 30.511 |
| | <u>416.149</u> | <u>340.831</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

| Descrição | 2014 | 2013 | Índice/Moeda | Encargos financeiros médios ponderados em 2014 - % a.a. | Vencimento |
|--|-----------|-----------|------------------|---|-------------|
| Moeda estrangeira: | | | | | |
| Notas no mercado externo (b) | 664.078 | 584.521 | US\$ | +7,3 | 2015 |
| Financiamento externo (c.1 e c.3) (*) | 603.002 | 187.340 | US\$ + LIBOR (i) | +0,6 | 2015 a 2017 |
| Adiantamento sobre Contrato de Câmbio | 184.057 | 136.753 | US\$ | +1,1 | < 344 dias |
| Financiamento externo (c.2) | 158.039 | 140.341 | US\$ + LIBOR (i) | +1,0 | 2017 |
| Instituições financeiras (e) | 113.873 | 95.792 | US\$ | +2,9 | 2015 a 2017 |
| Instituições financeiras (e) | 53.254 | 46.740 | US\$ + LIBOR (i) | +2,0 | 2016 a 2017 |
| BNDES (d) | 33.160 | 46.623 | US\$ | +6,0 | 2015 a 2020 |
| Instituições financeiras (e) | 32.343 | 31.241 | MX\$ + THE (ii) | +1,0 | 2015 a 2016 |
| Adiantamento de Cambiais Entregues | 25.409 | 25.511 | US\$ | +0,8 | < 55 dias |
| Subtotal | 1.867.215 | 1.294.862 | | | |
| Moeda nacional: | | | | | |
| Banco do Brasil pós-fixado (f) | 2.873.622 | 2.402.553 | CDI | 104,6 | 2015 a 2019 |
| Debêntures – Ipiranga (g.2 e g.3) | 1.409.540 | 606.929 | CDI | 107,9 | 2017 a 2018 |
| Debêntures – 4ª emissão (g.1) | 874.312 | 852.483 | CDI | 108,3 | 2015 |
| BNDES (d) | 530.983 | 633.829 | TJLP (iii) | +2,6 | 2015 a 2021 |
| Banco do Brasil pré-fixado (f) (*) | 503.898 | 905.947 | R\$ | +12,1 | 2015 |
| Banco do Nordeste do Brasil | 85.068 | 104.072 | R\$ | +8,5 (v) | 2015 a 2021 |
| FINEP | 74.774 | 38.845 | R\$ | +4,0 | 2015 a 2021 |
| BNDES (d) | 62.581 | 47.428 | R\$ | +4,6 | 2015 a 2022 |
| Arrendamento mercantil financeiro (j) | 45.883 | 44.338 | IGP-M (iv) | +5,6 | 2015 a 2031 |
| Nota de crédito à exportação (h) (*) | 25.744 | 24.994 | R\$ | +8,0 | 2016 |
| FINEP | 9.078 | 6.718 | TJLP (iii) | -1,3 | 2015 a 2023 |
| Empréstimo de capital de giro pré-fixado Extrafarma (i) | 3.445 | - | R\$ | +10,4 | 2015 a 2016 |
| Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (j) | 686 | 53 | R\$ | +15,6 | 2015 a 2017 |
| FINAME | 484 | - | TJLP | +5,6 | 2015 a 2022 |
| Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (j) | 475 | - | CDI | +2,8 | 2015 a 2017 |
| Subtotal | 6.500.573 | 5.668.189 | | | |
| Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros | 7.424 | 6.575 | | | |
| Total | 8.375.212 | 6.969.626 | | | |
| Circulante | 3.442.364 | 1.829.989 | | | |
| Não circulante | 4.932.848 | 5.139.637 | | | |

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 22 – Contabilidade de proteção).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(i) LIBOR = *London Interbank Offered Rate*.

(ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.

(iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Em 31 de dezembro de 2014, a TJLP estava fixada em 5,0% a.a.

(iv) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

(v) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

| | 2014 | 2013 |
|----------------|------------------|------------------|
| De 1 a 2 anos | 571.991 | 2.831.799 |
| De 2 a 3 anos | 2.390.747 | 493.356 |
| De 3 a 4 anos | 894.301 | 797.605 |
| De 4 a 5 anos | 1.006.869 | 68.640 |
| Mais de 5 anos | 68.940 | 948.237 |
| | <u>4.932.848</u> | <u>5.139.637</u> |

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.k).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 22).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,3% a.a., pagos semestralmente. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela sua controlada Oxiten S.A.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Limitação de transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, as quais não sejam tão favoráveis quanto se obteria em mercado.
- Obrigação de deliberação do Conselho de Administração da Sociedade para transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, ou com controlada destes, em montante superior a US\$ 15 milhões (excetuando-se transações da Sociedade com suas controladas e entre suas controladas).
- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas LPG e Oxiten S.A.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

- 1) A controlada IPP possui financiamento externo no montante de US\$ 80 milhões, com vencimento em novembro de 2015 e encargo financeiro de LIBOR + 0,8% a.a., pago trimestralmente. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 104,1% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto o financiamento quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. O financiamento externo é garantido pela Sociedade.
- 2) A controlada Oxiten Overseas Corp. (“Oxiten Overseas”) possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pago semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 86,9% do CDI até junho de 2014 e 94,0% do CDI para o prazo restante (vide nota explicativa nº 22). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiten S.A. Em janeiro de 2014, a controlada renegociou o financiamento alterando seu vencimento de junho de 2014 para janeiro de 2017.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 3) Em setembro de 2014 a controlada IPP contratou financiamento externo no montante de US\$ 150 milhões. O financiamento externo possui vencimento em setembro de 2017 e encargo financeiro de LIBOR + 0,53% a.a., pago trimestralmente. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 103,7% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto o financiamento quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. O financiamento externo é garantido pela Sociedade.

Em decorrência destes financiamentos, algumas obrigações mencionadas na nota explicativa nº 14.b) também devem ser mantidas pela Sociedade e suas controladas. Adicionalmente, durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V, Oxiteno USA LLC e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pré e pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A IPP contratou instrumento de proteção de taxa de juros, convertendo o encargo do empréstimo pré-fixado para 99,5% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A IPP designa o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto o empréstimo quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Em janeiro de 2014, a controlada IPP renegociou os empréstimos que venceriam em abril e maio de 2014, no valor principal total de R\$ 909,5 milhões, alterando seus vencimentos para janeiro de 2017 com taxa pós-fixada de 105,5% do CDI.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2014):

| Vencimento | 2014 |
|-------------------|------------------|
| fev/15 | 397.094 |
| mai/15 | 738.321 |
| fev/16 | 198.547 |
| mai/16 | 117.212 |
| jan/17 | 1.005.842 |
| mai/19 | 920.504 |
| | <hr/> |
| Total | <u>3.377.520</u> |

g. Debêntures

- 1) Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Valor nominal unitário: | R\$ 1.000.000,00 |
| Vencimento final: | 16 de março de 2015 |
| Pagamento do valor nominal: | Parcela única no vencimento final |
| Remuneração: | 108,3% do CDI |
| Pagamento da remuneração: | Anualmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 2) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Valor nominal unitário: | R\$ 10.000,00 |
| Vencimento final: | 16 de novembro de 2017 |
| Pagamento do valor nominal: | Parcela única no vencimento final |
| Remuneração: | 107,9% do CDI |
| Pagamento da remuneração: | Semestralmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

- 3) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Valor nominal unitário: | R\$ 10.000,00 |
| Vencimento final: | 20 de dezembro de 2018 |
| Pagamento do valor nominal: | Parcela única no vencimento final |
| Remuneração: | 107,9% do CDI |
| Pagamento da remuneração: | Semestralmente |
| Repactuação: | Não haverá repactuação |

h. Nota de crédito à exportação

Em março de 2013, a controlada Oxitenor Nordeste contratou nota de crédito à exportação no montante de R\$ 17,5 milhões, com vencimento em março de 2016 e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente.

Em agosto de 2013, a controlada Oxitenor Nordeste contratou nota de crédito à exportação no montante de R\$ 10 milhões, com vencimento em agosto de 2016 e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente.

A controlada Oxitenor Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 88,8% do CDI (vide nota explicativa nº 22), designando os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo. Desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

i. Capital de giro

A controlada Extrafarma possui empréstimos pré-fixados junto a instituições financeiras, destinados ao financiamento de seu capital de giro. Os empréstimos pós-fixados foram liquidados no 4º trimestre de 2014.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Extrafarma mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática, veículos, móveis, máquinas e equipamentos, com prazos que variam de 24 a 60 meses.

A controlada Serma – Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) mantinha contrato de arrendamento mercantil financeiro relacionado a equipamentos de informática, com prazo de 36 meses. A controlada tinha a opção de comprar os ativos por um preço substancialmente mais baixo do que o valor justo à data da opção. Em 2014 encerrou-se o prazo do contrato e a Serma exerceu a opção de compra dos equipamentos.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

| 2014 | | | | | |
|--|--|--------------------------------|------------|---------------------------------------|---------------|
| | Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP | Equipamentos de informática | Veículos | Móveis, máquinas e equipamentos | Total |
| Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização | 24.720 | 883 | 1.483 | 1.283 | 28.369 |
| Financiamento (valor presente) | <u>45.883</u> | <u>874</u> | <u>163</u> | <u>124</u> | <u>47.044</u> |
| Circulante | 1.950 | 515 | 145 | 124 | 2.734 |
| Não circulante | 43.933 | 359 | 18 | - | 44.310 |

| 2013 | | | |
|--|---|--------------------------------|---------------|
| | Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP | Equipamentos de informática | Total |
| Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização | 29.653 | 292 | 29.945 |
| Financiamento (valor presente) | <u>44.338</u> | <u>53</u> | <u>44.391</u> |
| Circulante | 1.735 | 53 | 1.788 |
| Não circulante | 42.603 | - | 42.603 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

| 2014 | | | | | |
|----------------|---|--------------------------------|------------|------------------------|---------------|
| | Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP | Equipamentos de informática | Veículos | Móveis e utensílios | Total |
| Até 1 ano | 4.238 | 566 | 155 | 123 | 5.082 |
| De 1 a 2 anos | 4.238 | 288 | 18 | - | 4.544 |
| De 2 a 3 anos | 4.238 | 155 | - | - | 4.393 |
| De 3 a 4 anos | 4.238 | - | - | - | 4.238 |
| De 4 a 5 anos | 4.238 | - | - | - | 4.238 |
| Mais de 5 anos | <u>48.024</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>48.024</u> |
| Total | <u>69.214</u> | <u>1.009</u> | <u>173</u> | <u>123</u> | <u>70.519</u> |

| 2013 | | | |
|----------------|---|--------------------------------|---------------|
| | Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP | Equipamentos de informática | Total |
| Até 1 ano | 3.949 | 55 | 4.004 |
| De 1 a 2 anos | 3.949 | - | 3.949 |
| De 2 a 3 anos | 3.949 | - | 3.949 |
| De 3 a 4 anos | 3.949 | - | 3.949 |
| De 4 a 5 anos | 3.949 | - | 3.949 |
| Mais de 5 anos | <u>48.704</u> | <u>-</u> | <u>48.704</u> |
| | <u>68.449</u> | <u>55</u> | <u>68.504</u> |

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços ("ISS"), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

| | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) | Saldo em 2013 | Custos incorridos | Amortizações | Saldo em 2014 |
|------------------------------|--|--------------------------|------------------------------|---------------------|--------------------------|
| Banco do Brasil (f) | 0,4 | 19.797 | - | (5.323) | 14.474 |
| Financiamento externo (c) | 0,3 | 504 | 3.140 | (628) | 3.016 |
| Debêntures (g) | 0,2 | 4.730 | 1.422 | (3.995) | 2.157 |
| Notas no mercado externo (b) | 0,2 | 2.309 | - | (1.000) | 1.309 |
| Outros | 0,1 | 412 | 30 | (124) | 318 |
| Total | | 27.752 | 4.592 | (11.070) | 21.274 |

| | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) | Saldo em 2012 | Custos incorridos | Amortizações | Saldo em 2013 |
|------------------------------|--|--------------------------|------------------------------|---------------------|--------------------------|
| Banco do Brasil (f) | 0,4 | 13.315 | 16.212 | (9.730) | 19.797 |
| Debêntures (g) | 0,4 | 8.116 | - | (3.386) | 4.730 |
| Notas no mercado externo (b) | 0,2 | 3.021 | - | (712) | 2.309 |
| Outros | 0,2 | 1.435 | - | (519) | 916 |
| Total | | 25.887 | 16.212 | (14.347) | 27.752 |

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

| | Até 1 ano | De 1 a 2 anos | De 2 a 3 anos | De 3 a 4 anos | De 4 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|------------------------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------|
| Banco do Brasil (f) | 3.086 | 2.690 | 3.219 | 3.844 | 1.635 | - | 14.474 |
| Financiamento externo (c) | 1.352 | 1.188 | 476 | - | - | - | 3.016 |
| Debêntures (g) | 1.109 | 337 | 366 | 345 | - | - | 2.157 |
| Notas no mercado externo (b) | 1.309 | - | - | - | - | - | 1.309 |
| Outros | 108 | 109 | 93 | 4 | 3 | 1 | 318 |
| Total | 6.964 | 4.324 | 4.154 | 4.193 | 1.638 | 1 | 21.274 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

I. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 50.570 em 2014 (R\$ 40.675 em 2013) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 3.779.450 em 2014 (R\$ 2.528.511 em 2013).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 173.644 em 2014 (R\$ 155.221 em 2013).

Algumas controladas da Oxitenó emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 26.684 em 2014 (R\$ 14.315 em 2013), com vencimentos de até 213 dias. Até 31 de dezembro de 2014, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 646 em 2014 (R\$ 350 em 2013), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, não havia casos de inadimplência em relação às dívidas da Sociedade e de suas controladas.

15 Fornecedores (Consolidado)

| | 2014 | 2013 |
|---------------------------|------------------|----------------|
| Fornecedores nacionais | 1.196.876 | 907.138 |
| Fornecedores estrangeiros | <u>82.626</u> | <u>61.812</u> |
| | <u>1.279.502</u> | <u>968.950</u> |

As controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. As controladas da Sociedade dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

16 Salários e encargos sociais (Consolidado)

| | 2014 | 2013 |
|--|----------------|----------------|
| Provisões sobre folha de pagamento | 128.181 | 111.831 |
| Participação nos lucros, bônus e prêmios | 108.632 | 142.120 |
| Encargos sociais | 44.747 | 31.059 |
| Salários e honorários | 10.904 | 11.000 |
| Benefícios | 1.617 | 1.303 |
| Outros | 498 | 341 |
| | <u>294.579</u> | <u>297.654</u> |

17 Obrigações tributárias (Consolidado)

| | 2014 | 2013 |
|---|----------------|----------------|
| ICMS | 93.761 | 75.883 |
| IVA das controladas Oxitenó México, Oxitenó Andina e Oxitenó Uruguay | 14.822 | 11.445 |
| PIS e COFINS | 11.922 | 9.128 |
| ISS | 6.304 | 5.656 |
| IPI | 3.858 | 4.304 |
| Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) | 2.991 | 3.998 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) | 2.267 | 1.659 |
| Outros | 2.910 | 4.249 |
| | <u>138.835</u> | <u>116.322</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

18 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

| | |
|------------------------------|---------|
| Saldo em 2012 | 70.411 |
| Adições (novos tanques) | 715 |
| Gastos com tanques retirados | (5.435) |
| Despesa com atualização | 3.970 |
| Saldo em 2013 | 69.661 |
| Adições (novos tanques) | 709 |
| Gastos com tanques retirados | (4.026) |
| Despesa com atualização | 4.458 |
| Saldo em 2014 | 70.802 |
| Circulante | 4.598 |
| Não circulante | 66.204 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

| | 2014 | 2013 |
|--|--------------|--------------|
| Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i> | 14.785 | 14.049 |
| Programa de fidelidade Km de Vantagens | 10.025 | 12.816 |
| Programa de fidelidade Club Extra | 6.349 | - |
| | <hr/> 31.159 | <hr/> 26.865 |
| Circulante | 23.450 | 17.731 |
| Não circulante | 7.709 | 9.134 |

Programa de fidelidade

A Ipiranga possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são considerados parte da receita de vendas.

A Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Club Extra (www.clubextra.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por prêmios oferecidos pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e para recarga de crédito em telefonia celular e são considerados parte da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 2014 eram representadas por 1.708 lojas (1.565 lojas em 2013). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 2014 eram representadas por 1.337 lojas (1.235 lojas em 2013). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (544.383.996 ações em 31 de dezembro de 2013), sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 51,45.

Em 31 de janeiro de 2014 foi aprovada, através das Assembleias Gerais Extraordinárias da Sociedade e da Extrafarma, a emissão de 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo R\$ 141.913 como aumento de capital social, perfazendo um capital social de R\$ 3.838.686, dividido em 556.405.096 ações. Para maiores informações vide nota explicativa nº 3.a).

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2014 estavam em circulação no exterior 31.714.297 ações ordinárias na forma de ADRs (34.314.797 ações em 31 de dezembro de 2013).

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 10 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou programa de recompra de ações de sua emissão (“Programa de Recompra 2014/15”), com prazo máximo de 365 dias contados a partir de 12 de dezembro de 2014 e quantidade máxima de ações a ser adquirida de 6.500.000 ações ordinárias. Em 2014 não houve recompra de ações. Em 2015, até 25 de fevereiro, foram adquiridas pela Sociedade 1.139.200 ações ao custo médio de R\$ 51,91 por ação.

Em 31 de dezembro de 2014, 7.148.156 ações ordinárias (7.971.556 ações em 31 de dezembro de 2013) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 14,42.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 26,12 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

Por conta da emissão das 12.021.100 ações ordinárias ocorrida em 31 de janeiro de 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão. Para maiores informações vide nota explicativa nº 3.a). Adicionalmente, a Sociedade incorreu em custos na emissão das ações no montante de R\$ 2.260, reduzindo o valor da reserva.

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

e. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 2.772.527 em 2014 e R\$ 2.371.533 em 2013.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

| | <u>Ajustes de avaliação patrimonial</u> | | | <u>Ajustes acumulados de conversão</u> |
|---|---|--|--------------|--|
| | <u>Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda</u> | <u>Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego</u> | <u>Total</u> | |
| Em 2012 | 23 | (12.638) | (12.615) | 12.621 |
| Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de <i>hedge</i> de investimentos | - | - | - | 25.455 |
| Variação de valor justo | (18) | - | (18) | - |
| Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego | - | 27.365 | 27.365 | - |
| IR e CS sobre ganhos atuariais | - | (9.304) | (9.304) | - |
| Em 2013 | 5 | 5.423 | 5.428 | 38.076 |
| Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de <i>hedge</i> de investimentos | - | - | - | 5.116 |
| Variação de valor justo | 46 | - | 46 | - |
| Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego | - | 2.538 | 2.538 | - |
| IR e CS sobre ganhos atuariais | - | (863) | (863) | - |
| Em 2014 | 51 | 7.098 | 7.149 | 43.192 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 389.495 (R\$ 0,71 – setenta e um centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2014, pagos a partir de 12 de março de 2014, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2014. Em 6 de agosto de 2014, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2014, com base nos resultados do 1º semestre, no montante de R\$ 389.554 (R\$ 0,71 – setenta e um centavos de Real por ação), pagos a partir de 22 de agosto de 2014.

A proposta de dividendos reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

| | 2014 |
|---|------------------|
| Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar | 1.241.563 |
| Reserva legal | <u>(62.078)</u> |
| Lucro líquido do exercício após reserva legal | 1.179.485 |
| Dividendos mínimos obrigatórios do exercício | 589.742 |
| Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,71 por ação | <u>(389.554)</u> |
| Dividendos mínimos a pagar – Passivo circulante | 200.188 |
| Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido | <u>188.976</u> |
| Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,71 por ação | <u>389.164</u> |
| Reserva estatutária para investimentos | <u>400.767</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e, a partir de 31 de janeiro de 2014, drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grânéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

| | 2014 | 2013 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita líquida de vendas e serviços: | | |
| Ultragaz | 4.091.273 | 3.982.300 |
| Ipiranga | 58.830.055 | 53.384.116 |
| Oxiten | 3.413.620 | 3.277.839 |
| Ultracargo | 346.477 | 332.070 |
| Extrafarma ⁽¹⁾ | 1.101.310 | - |
| Outros ⁽²⁾ | 40.005 | 37.146 |
| Vendas entre segmentos | (86.442) | (73.225) |
| Total | <u>67.736.298</u> | <u>60.940.246</u> |
| Vendas entre segmentos: | | |
| Ultragaz | 3.222 | 1.300 |
| Ipiranga | - | - |
| Oxiten | 1.459 | 871 |
| Ultracargo | 41.998 | 33.940 |
| Extrafarma ⁽¹⁾ | - | - |
| Outros ⁽²⁾ | 39.763 | 37.114 |
| Total | <u>86.442</u> | <u>73.225</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:

| | | |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Ultragaz | 4.088.051 | 3.981.000 |
| Ipiranga | 58.830.055 | 53.384.116 |
| Oxitenó | 3.412.161 | 3.276.968 |
| Ultracargo | 304.479 | 298.130 |
| Extrafarma ⁽¹⁾ | 1.101.310 | - |
| Outros ⁽²⁾ | 242 | 32 |
| Total | <u>67.736.298</u> | <u>60.940.246</u> |

Lucro operacional:

| | | |
|---------------------------|------------------|------------------|
| Ultragaz | 168.964 | 147.034 |
| Ipiranga | 1.700.879 | 1.574.677 |
| Oxitenó | 264.246 | 308.589 |
| Ultracargo | 117.339 | 108.865 |
| Extrafarma ⁽¹⁾ | 16.946 | - |
| Outros ⁽²⁾ | 18.223 | 4.868 |
| Total | <u>2.286.597</u> | <u>2.144.033</u> |

Equivalência patrimonial:

| | | |
|-----------------------|-----------------|----------------|
| Ultragaz | 165 | - |
| Ipiranga | (17.772) | (11.198) |
| Oxitenó | 987 | 123 |
| Ultracargo | 181 | 1.302 |
| Outros ⁽²⁾ | (50) | 4.780 |
| Total | <u>(16.489)</u> | <u>(4.993)</u> |

| | | |
|--|------------------|------------------|
| Receitas financeiras | 366.009 | 240.562 |
| Despesas financeiras | <u>(811.416)</u> | <u>(578.167)</u> |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | <u>1.824.701</u> | <u>1.801.435</u> |

| | 2014 | 2013 |
|---|------------------|------------------|
| Adições ao imobilizado e intangível: | | |
| Ultragaz | 214.305 | 179.862 |
| Ipiranga | 880.502 | 836.176 |
| Oxitenó | 115.986 | 141.122 |
| Ultracargo | 28.565 | 38.905 |
| Extrafarma ⁽¹⁾ | 57.188 | - |
| Outros ⁽²⁾ | <u>27.813</u> | <u>15.636</u> |
| Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13) | 1.324.359 | 1.211.701 |
| Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 18) | (709) | (715) |
| Juros capitalizados | <u>(8.833)</u> | <u>(6.835)</u> |
| Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa) | <u>1.314.817</u> | <u>1.204.151</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | 2014 | 2013 |
|---|----------------|----------------|
| Depreciação e amortização no resultado: | | |
| Ultragaz | 136.413 | 133.489 |
| Ipiranga | 528.987 | 454.156 |
| Oxitenó | 138.501 | 131.857 |
| Ultracargo | 49.372 | 47.349 |
| Extrafarma ⁽¹⁾ | 12.843 | - |
| Outros ⁽²⁾ | 21.711 | 12.086 |
| Total | <u>887.827</u> | <u>778.937</u> |

| | 2014 | 2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativos totais (excluindo transações entre segmentos): | | |
| Ultragaz | 2.701.673 | 2.502.590 |
| Ipiranga | 9.138.758 | 8.077.204 |
| Oxitenó | 4.229.501 | 4.030.122 |
| Ultracargo | 1.382.969 | 1.320.344 |
| Extrafarma | 602.409 | - |
| Outros ⁽²⁾ | 1.425.072 | 448.285 |
| Total | <u>19.480.382</u> | <u>16.378.545</u> |

⁽¹⁾ Informações referentes ao período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014. Vide nota explicativa nº 3.a).

⁽²⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e controladas Serma e Imaven Imóveis Ltda.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxitenno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

| | 2014 | 2013 |
|----------------|-------------|-------------|
| Estados Unidos | 137.470 | 109.451 |
| México | 107.554 | 85.610 |
| Uruguai | 55.855 | 50.304 |
| Venezuela (*) | 18.763 | 24.834 |

(*) Vide nota explicativa 2.r).

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

| | 2014 | 2013 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita líquida das vendas: | | |
| Brasil | 66.798.903 | 59.963.359 |
| México | 138.651 | 134.241 |
| Venezuela | 73.390 | 207.008 |
| Outros países da América Latina | 356.905 | 332.738 |
| Estados Unidos e Canadá | 152.384 | 136.666 |
| Extremo Oriente | 58.684 | 45.808 |
| Europa | 89.370 | 73.624 |
| Outros | 68.011 | 46.802 |
| Total | <u>67.736.298</u> | <u>60.940.246</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxitenó.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 2014 e 2013:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

| em milhões de Reais | 2014 | 2013 |
|--|------------------|------------------|
| Ativos em moeda estrangeira | | |
| Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção) | 594,9 | 457,2 |
| Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda | 190,3 | 156,0 |
| Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar) | 507,3 | 443,4 |
| | <u>1.292,5</u> | <u>1.056,6</u> |
| Passivos em moeda estrangeira | | |
| Financiamentos em moeda estrangeira | (1.867,2) | (1.294,9) |
| Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros | (70,6) | (45,3) |
| | <u>(1.937,8)</u> | <u>(1.340,2)</u> |
| Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial | <u>783,3</u> | <u>427,1</u> |
| Posição líquida ativa – total | 138,0 | 143,5 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida ativa de R\$ 138,0 milhões em moeda estrangeira:

| em milhões de Reais | <u>Risco</u> | <u>Cenário I</u> 10% | <u>Cenário II</u> 25% | <u>Cenário III</u> 50% |
|----------------------------------|---------------------|---------------------------------------|--|---|
| (1) Efeito no resultado | Depreciação do Real | (8,0) | (19,9) | (39,8) |
| (2) Efeito no patrimônio líquido | | 21,8 | 54,4 | 108,9 |
| (1) + (2) | Efeito | 13,8 | 34,5 | 69,1 |
| | | | | |
| (3) Efeito no resultado | Apreciação do Real | 8,0 | 19,9 | 39,8 |
| (4) Efeito no patrimônio líquido | | (21,8) | (54,4) | (108,9) |
| (3) + (4) | Efeito | (13,8) | (34,5) | (69,1) |

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.r e 20.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 2014 e 2013:

| em milhões de Reais | Nota explicativa | 2014 | 2013 |
|--|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| CDI | | | |
| Equivalentes de caixa | 4 | 2.690,6 | 2.051,1 |
| Aplicações financeiras | 4 | 902,7 | 747,3 |
| Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI | 22 | 114,2 | 112,3 |
| Financiamentos e debêntures | 14 | (5.157,9) | (3.862,0) |
| Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI | 22 | (749,6) | (452,5) |
| Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI | 22 | (486,1) | (854,6) |
| Posição líquida passiva em CDI | | <u>(2.686,1)</u> | <u>(2.258,4)</u> |
| TJLP | | | |
| Empréstimos e financiamentos - TJLP | 14 | (540,5) | (640,5) |
| Posição líquida passiva em TJLP | | <u>(540,5)</u> | <u>(640,5)</u> |
| LIBOR | | | |
| Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR | 22 | 761,8 | 329,7 |
| Empréstimos e financiamentos - LIBOR | 14 | (814,3) | (374,4) |
| Posição líquida passiva em LIBOR | | <u>(52,5)</u> | <u>(44,7)</u> |
| TIE | | | |
| Empréstimos e financiamentos – TIE | 14 | (32,3) | (31,2) |
| Posição líquida passiva em TIE | | <u>(32,3)</u> | <u>(31,2)</u> |
| Posição líquida passiva total exposta a juros pós- fixados | | <u>(3.311,4)</u> | <u>(2.974,8)</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 2014, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

| em milhões de Reais | <u>Risco</u> | <u>Cenário I</u> 10% | <u>Cenário II</u> 25% | <u>Cenário III</u> 50% |
|---|---------------------|--------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|
| <u>Exposição a juros flutuantes</u> | | | | |
| Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras | Elevação CDI | 29,4 | 73,9 | 148,1 |
| Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial | Elevação CDI | 0,9 | 2,2 | 4,4 |
| Efeito nos juros da dívida | Elevação CDI | (56,2) | (138,1) | (274,7) |
| Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas | Elevação CDI | (10,8) | (26,9) | (53,9) |
| Despesa incremental | | <u>(36,7)</u> | <u>(88,9)</u> | <u>(176,1)</u> |
| Efeito nos juros da dívida | Elevação TJLP | (2,9) | (7,2) | (14,4) |
| Despesa incremental | | <u>(2,9)</u> | <u>(7,2)</u> | <u>(14,4)</u> |
| Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial | Elevação LIBOR | 0,1 | 0,3 | 0,5 |
| Efeito nos juros da dívida | Elevação LIBOR | (0,1) | (0,3) | (0,6) |
| Despesa incremental | | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(0,1)</u> |
| Efeito nos juros da dívida | Elevação TIEE | (0,1) | (0,3) | (0,5) |
| Despesa incremental | | <u>(0,1)</u> | <u>(0,3)</u> | <u>(0,5)</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

| | 2014 | 2013 |
|------------|----------------|----------------|
| Ipiranga | 136.104 | 121.205 |
| Ultragaz | 24.140 | 20.793 |
| Extrafarma | 11.067 | - |
| Ultracargo | 2.611 | 2.513 |
| Oxitenio | 4.522 | 2.569 |
| Total | <u>178.444</u> | <u>147.080</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 3.791,1 milhões. Adicionalmente, o plano de investimentos para 2015 totaliza R\$ 1.418 milhões. Em 2014, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 4.269,2 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 2014 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 2014 no balanço patrimonial.

| Passivos financeiros | em milhões de Reais | | | | |
|--|---------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | Total | Menos de 1 ano | Entre 1 e 3 anos | Entre 3 e 5 anos | Mais de 5 anos |
| Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ^{(1) (2)} | 10.380,9 | 3.791,1 | 3.790,0 | 2.709,4 | 90,4 |
| Instrumentos de proteção ⁽³⁾ | 130,4 | 67,4 | 63,0 | - | - |
| Fornecedores | 1.279,5 | 1.279,5 | - | - | - |

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 12,6%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 2,83 em 2015, R\$ 3,09 em 2016, R\$ 3,36 em 2017, R\$ 3,64 em 2018 e R\$ 3,94 em 2019, (iii) TJLP de 5,5% e (iv) IGP-M de 5,7% em 2015, 6,0% em 2016, 5,3% em 2017, 5,3% em 2018 e 5,3% em 2019 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2014, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 31 de dezembro de 2014. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

| | Contraparte | Vencimento | Valor de referência (nacional) ¹ | | Valor justo | | Valor a receber | Valor a pagar |
|--|--|---------------------|--|--------------|----------------|----------------|--------------------|------------------|
| | | | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | |
| | | | | | R\$ milhões | R\$ milhões | R\$ milhões | R\$ milhões |
| Instrumentos de proteção | | | | | | | | |
| a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos | | | | | | | | |
| Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR) | Bradesco, BTMU, HSBC, Itaú, JP Morgan, Santander | jan/2015 a set/2017 | US\$ 290,0 | US\$ 140,0 | 761,8 | 329,7 | 761,8 | - |
| Ativos em dólares norte-americanos (Pré) | | | US\$ 50,6 | US\$ 87,4 | 136,6 | 212,8 | 136,6 | - |
| Passivo em taxa de juros CDI | | | US\$ (340,6) | US\$ (227,4) | (749,1) | (452,5) | - | 749,1 |
| Resultado acumulado | | | - | - | 149,3 | 90,0 | 898,4 | 749,1 |
| b.1 e b.2 – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM | | | | | | | | |
| Ativo em taxa de juros CDI | Bradesco, HSBC, Citibank, Itaú, Santander | jan/2015 a mar/2015 | US\$ 42,9 | US\$ 48,1 | 114,2 | 112,3 | 114,2 | - |
| Passivo em dólares norte-americanos (Pré) | | | US\$ (42,9) | US\$ (48,1) | (115,6) | (115,4) | - | 115,6 |
| Resultado acumulado | | | - | - | (1,4) | (3,1) | 114,2 | 115,6 |
| c – Swap de juros em Reais | | | | | | | | |
| Ativo em taxa de juros pré-fixada | Banco do Brasil, Itaú | mai/2015 a ago/2016 | R\$ 327,5 | R\$ 627,5 | 532,0 | 937,0 | 532,0 | - |
| Passivo em taxa de juros CDI | | | R\$ (327,5) | R\$ (627,5) | (486,1) | (854,6) | - | 486,1 |
| Resultado acumulado | | | - | - | 45,9 | 82,4 | 532,0 | 486,1 |
| d – Swaps cambiais ativos em euros | | | | | | | | |
| Ativos em euro (Pré) | Itaú | jan/2015 | €0,2 | - | 0,5 | - | 0,5 | - |
| Passivo em taxa de juros CDI | | | €(0,2) | - | (0,5) | - | - | 0,5 |
| Resultado acumulado | | | - | - | - | - | 0,5 | 0,5 |
| Resultado acumulado total bruto | | | | | 193,8 | 169,3 | 1.545,1 | 1.351,3 |
| Imposto de renda | | | | | (36,7) | (24,3) | (36,7) | - |
| Resultado acumulado total líquido | | | | | 157,1 | 145,0 | 1.508,4 | 1.351,3 |
| Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4) | | | | | 164,5 | 151,6 | | |
| Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14) | | | | | (7,4) | (6,6) | | |

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 2014, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI e (ii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 2014, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 340,6 milhões de principal com posição passiva, na média a 103,1% do CDI, sendo US\$ 50,6 milhões, com posição ativa a US\$ + 3,7% a.a. e US\$ 290,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 0,8% a.a.

b.1 - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiten S.A. e Oxiten Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 2014, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 11,9 milhões e tinham na média uma posição ativa a 79,9% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

b.2 - Proteção à exposição cambial dos investimentos líquidos em entidades no exterior – O objetivo destes contratos é minimizar o efeito da variação cambial dos investimentos em controladas no exterior realizados em moeda funcional diferente da Sociedade, transformando-os em investimentos em Reais. Em 2014, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 31,0 milhões de principal com posição ativa a 81,8% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 2014 estes contratos de *swap* totalizavam R\$ 327,5 milhões de valor *nominal*, correspondente ao valor do principal das dívidas objeto e, na média, tinham uma posição ativa em 11,8% a.a. e passiva a 98,6% do CDI.

d - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira – O objetivo destes contratos é compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em euro, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI. Em 2014, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam €0,2 milhões de principal com posição ativa a EUR + 0,0% a.a. e passiva, na média a 95,0% do CDI.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 2014, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 230,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2014, uma receita de R\$ 50,7 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 7,1 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 90,6 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 103,8% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1 e c.3).

Em 2014, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 12,0 milhões de valor *nocional* referentes a transações altamente prováveis, sendo reconhecida no resultado em 2014 uma receita de R\$ 0,1 milhão.

Em 2014, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior totalizavam US\$ 31 milhões de valor *nocional* referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, sendo reconhecida no resultado em 2014 uma despesa de R\$ 7,3 milhões. Os efeitos da variação cambial do investimento e do instrumento de proteção se compensaram no patrimônio líquido.

Em 2014, os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R\$ 327,5 milhões de valor *nocional* referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado em 2014 uma receita de R\$ 3,1 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 10,2 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 60,8 milhões referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 98,6% do CDI.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido em 2014 e 2013 da Sociedade e suas controladas:

| | R\$ milhões | |
|---|--------------------|---------------------------|
| | 2014 | |
| | Resultado | Patrimônio líquido |
| a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii) | (51,2) | - |
| b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii) | 6,6 | (7,3) |
| c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii) | 13,3 | - |
| Total | (31,3) | (7,3) |

| | R\$ milhões | |
|---|--------------------|---------------------------|
| | 2013 | |
| | Resultado | Patrimônio líquido |
| a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii) | (26,9) | - |
| b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii) | (4,8) | - |
| c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii) | 51,9 | - |
| Total | 20,2 | - |

A tabela acima: (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida), (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais e (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 2014 e 2013 estão demonstrados a seguir:

| | Categoria | Nota explica- tiva | 2014 | | 2013 | |
|--|--|--------------------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativos financeiros: | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | |
| Caixa e bancos | Empréstimos e recebíveis | 4 | 133.296 | 133.296 | 224.926 | 224.926 |
| Títulos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4 | 2.690.638 | 2.690.638 | 2.051.143 | 2.051.143 |
| Títulos de renda fixa em moeda estrangeira | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4 | 3.435 | 3.435 | - | - |
| Aplicações financeiras | | | | | | |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Disponível para venda | 4 | 892.065 | 892.065 | 736.638 | 736.638 |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mantidos até o vencimento | 4 | 10.618 | 10.618 | 10.618 | 10.618 |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira | Disponível para venda | 4 | 505.574 | 505.574 | 368.781 | 368.781 |
| Instrumentos de proteção cambial e de juros | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4 | 164.496 | 164.496 | 151.594 | 151.594 |
| Total | | | 4.400.122 | 4.400.122 | 3.543.700 | 3.543.700 |
| Passivos financeiros: | | | | | | |
| Financiamentos | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 14 | 1.132.644 | 1.132.644 | 1.118.281 | 1.118.281 |
| Financiamentos | Mens. pelo custo amortizado | 14 | 4.904.248 | 4.878.005 | 4.340.967 | 4.373.680 |
| Debêntures | Mens. pelo custo amortizado | 14 | 2.283.852 | 2.281.353 | 1.459.412 | 1.456.282 |
| Arrendamento mercantil financeiro | Mens. pelo custo amortizado | 14 | 47.044 | 47.044 | 44.391 | 44.391 |
| Instrumentos de proteção cambial e de juros | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 14 | 7.424 | 7.424 | 6.575 | 6.575 |
| Bônus de subscrição - indenização | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 3.a | 92.072 | 92.072 | - | - |
| Total | | | 8.467.284 | 8.438.542 | 6.969.626 | 6.999.209 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data das demonstrações financeiras.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.1), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas em 2014 e 2013:

| | Categoria | Nota explicativa | 2014 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|---|--|-------------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|
| Ativos financeiros: | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | |
| Caixa e bancos | Empréstimos e recebíveis | 4 | 133.296 | 133.296 | - | - |
| Títulos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4 | 2.690.638 | 2.690.638 | - | - |
| Títulos de renda fixa em moeda estrangeira | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4 | 3.435 | 3.435 | - | - |
| Aplicações financeiras | | | | | | |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Disponível para venda | 4 | 892.065 | 892.065 | - | - |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mantidos até o vencimento | 4 | 10.618 | 10.618 | - | - |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira | Disponível para venda | 4 | 505.574 | 146.782 | 358.792 | - |
| Instrumentos de proteção cambial e de juros | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4 | 164.496 | - | 164.496 | - |
| Total | | | 4.400.122 | 3.876.834 | 523.288 | - |
| Passivos financeiros: | | | | | | |
| Financiamentos | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 14 | 1.132.644 | - | 1.132.644 | - |
| Financiamentos | Mens. pelo custo amortizado | 14 | 4.878.005 | 707.281 | 4.170.724 | - |
| Debêntures | Mens. pelo custo amortizado | 14 | 2.281.353 | - | 2.281.353 | - |
| Arrendamento mercantil | Mens. pelo custo amortizado | 14 | 47.044 | - | 47.044 | - |
| Instrumentos de proteção cambial e de juros | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 14 | 7.424 | - | 7.424 | - |
| Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾ | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 3.a | 92.072 | - | 92.072 | - |
| Total | | | 8.438.542 | 707.281 | 7.731.261 | - |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | Categoria | Nota explicativa | 2013 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|---|--|-------------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|
| Ativos financeiros: | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | |
| Caixa e bancos | Empréstimos e recebíveis | 4 | 224.926 | 224.926 | - | - |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4 | 2.051.143 | 2.051.143 | - | - |
| Aplicações financeiras | | | | | | |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Disponível para venda | 4 | 736.638 | 736.638 | - | - |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional | Mantidos até o vencimento | 4 | 10.618 | 10.618 | - | - |
| Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira | Disponível para venda | 4 | 368.781 | - | 368.781 | - |
| Instrumentos de proteção cambial e de juros | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 4 | 151.594 | - | 151.594 | - |
| Total | | | 3.543.700 | 3.023.325 | 520.375 | - |
| Passivos financeiros: | | | | | | |
| Financiamentos | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 14 | 1.118.281 | - | 1.118.281 | - |
| Financiamentos | Mens. pelo custo amortizado | 14 | 4.373.680 | 638.842 | 3.734.838 | - |
| Debêntures | Mens. pelo custo amortizado | 14 | 1.456.282 | - | 1.456.282 | - |
| Arrendamento mercantil | Mens. pelo custo amortizado | 14 | 44.391 | - | 44.391 | - |
| Instrumentos de proteção cambial e de juros | Mens. ao valor justo por meio do resultado | 14 | 6.575 | - | 6.575 | - |
| Total | | | 6.999.209 | 638.842 | 6.360.367 | - |

⁽¹⁾ Referem-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma que, se exercidos, poderão acarretar uma emissão de até 3.205.622 ações no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização. Os bônus são valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2014. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 3,38 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2014, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2014 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

| | <u>Risco</u> | <u>Cenário I (Provável)</u> | <u>Cenário II</u> | <u>Cenário III</u> |
|--|---------------------|--|--------------------------|---------------------------|
| Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos | | | | |
| (1) Swaps dólar norte-americano/Real | Apreciação | 176.383 | 446.885 | 717.387 |
| (2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano | do dólar | (176.388) | (446.897) | (717.406) |
| (1)+(2) | Efeito líquido | <u>(5)</u> | <u>(12)</u> | <u>(19)</u> |
| Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos | | | | |
| (3) Swaps Real/dólar norte-americano | Depreciação do | (527) | 28.111 | 56.748 |
| (4) Margem bruta da Oxiten | dólar | 527 | (28.111) | (56.748) |
| (3)+(4) | Efeito líquido | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2014 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

| | <u>Risco</u> | <u>Cenário I (Provável)</u> | <u>Cenário II</u> | <u>Cenário III</u> |
|---|-----------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|
| Swap de taxa de juros (em Reais) | | | | |
| (1) Swap taxa fixa - CDI | Redução da taxa | - | 6.343 | 12.988 |
| (2) Dívida a taxa fixa | pré-fixada | - | (6.349) | (12.996) |
| (1)+(2) | Efeito líquido | <u>-</u> | <u>(6)</u> | <u>(8)</u> |

23 Provisões, contingências e compromissos (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela administração, baseada na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

| Provisões | Saldo em 2013 | Saldo inicial Extrafarma ⁽¹⁾ | Adições | Baixas | Atualizações | Saldo em 2014 |
|-------------------|--------------------------|--|----------------|-----------------|---------------------|--------------------------|
| IRPJ e CSLL (i) | 360.861 | 10.630 | 13.003 | (5.230) | 27.214 | 406.478 |
| PIS e COFINS (ii) | 86.512 | 25.540 | - | (207) | 7.392 | 119.237 |
| ICMS (iii) | 33.113 | 21.209 | 366 | (34.499) | 640 | 20.829 |
| Previdenciárias | 6.251 | 4.315 | 261 | (961) | 617 | 10.483 |
| Cíveis (iv) | 90.886 | 1.241 | 567 | (34.439) | 81 | 58.336 |
| Trabalhistas (v) | 60.174 | 2.578 | 11.257 | (4.550) | 2.057 | 71.516 |
| Outras | 1.223 | 4 | 157 | (853) | 31 | 562 |
| Total | 639.020 | 65.517 | 25.611 | (80.739) | 38.032 | 687.441 |
| Circulante | 69.306 | | | | | 64.169 |
| Não circulante | 569.714 | | | | | 623.272 |

(1) Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a).

Algumas das provisões tributárias acima apresentadas possuem depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R\$ 505.650 em 2014 (R\$ 456.075 em 2013).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Processos tributários

Provisões

i) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 388.675 em 2014 (R\$ 345.513 em 2013). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e a Sociedade recorreu desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento encontra-se pendente.

i) A controlada IPP possui Ação Declaratória discutindo a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou ineditável a CSLL na base de cálculo do IRPJ. Essa ação teve seu provimento negado em 1ª e 2ª instâncias, e o recurso apresentado ao STF aguarda julgamento. A controlada possui provisão de R\$ 20.706 em 2014 (R\$ 19.806 em 2013).

ii) As controladas Oxiten S.A., Oxiten Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”), IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiten Nordeste e a IPP efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 92.457 em 2014 (R\$ 86.306 em 2013).

iii) A controlada IPP possuía provisão relativa a ICMS referente, principalmente, a exigência do tributo sob a fundamentação comum de falta de recolhimento, sendo diversas as razões que ensejaram os lançamentos fiscais e para os quais a contraprova não era evidente, no montante de R\$ 19.449 em 2013. No segundo trimestre de 2014, a controlada constituiu contraprova documental, que será objeto de perícia judicial, referente à acusação de falta de recolhimento de ICMS por suposta omissão de operações de saída de óleo combustível, reavaliando a probabilidade de perda desta causa como “possível”, revertendo, portanto, a provisão.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivos contingentes

Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS referentes a aquisições de álcool hidratado, uma vez que o produto era revendido por preço inferior ao de compra em virtude do PROÁLCOOL, programa do Governo Federal de incentivo à produção que determinava a antecipação do subsídio financeiro pelas distribuidoras aos usineiros e seu posterior ressarcimento pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 116.480 em 2014 (R\$ 113.555 em 2013); (b) crédito alegadamente indevido, em razão da empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o fisco entende não ter havido comprovação de sua origem, R\$ 36.370 em 2014 (R\$ 29.565 em 2013); (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 52.011 em 2014 (R\$ 25.576 em 2013); (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 45.256 em 2014 (R\$ 40.848 em 2013); (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”), R\$ 17.806 em 2014 (R\$ 17.222 em 2013); (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 28.811 em 2014 (R\$ 27.215 em 2013); (g) autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 60.412 em 2014 (R\$ 47.106 em 2013); (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente, R\$ 40.224 em 2014 (R\$ 36.398 em 2013); (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de etanol supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 36.396 em 2014 (R\$ 30.726 em 2013); (j) autuações que contemplam diversas hipóteses de descumprimento de obrigações acessórias, dentre elas suposta falta de emissão de documento fiscal, suposta falta de entrega ou entrega com incorreções de relatórios informativos ao fisco, erro no preenchimento de DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, dentre outros, R\$ 8.173 em 2014 (R\$ 11.806 em 2013); e (k) auto de infração lavrado por falta de recolhimento de ICMS nas aquisições de óleo lubrificante básico, cujo recolhimento era diferido para o momento da realização da operação subsequente de saída industrializada, relativamente às operações interestaduais (abrangidas pela não incidência constitucional – art. 155,X, ‘b’ da Constituição Federal), R\$ 11.579 em 2014 (R\$ 10.657 em 2013).

A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado até 2014, é de R\$ 140.566 (R\$ 117.697 em 2013).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem sentenças favoráveis para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei nº 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão favoravelmente aos contribuintes; muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 36.555, já deduzidos os honorários advocatícios.

c. Processos cíveis

Provisões

iv) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais, no montante de R\$ 58.336 em 2014 (R\$ 90.886 em 2013).

Passivos contingentes

A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Processos trabalhistas

Provisões

v) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 71.516 em 2014 (R\$ 60.174 em 2013) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Passivos contingentes

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais foram julgadas improcedentes. O dissídio coletivo encontra-se atualmente em trâmite no STF, aguardando julgamento. A partir do segundo semestre de 2010 algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato nos autos do dissídio coletivo. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, que analisaram a última decisão do STF no dissídio coletivo e a posição da ação individual das controladas Oxiteno Nordeste e da EMCA, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 2014.

A Sociedade e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, individualmente de menor relevância, de natureza tributária, cível e trabalhista, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e/ou remoto (processos com chances de perda de 50% ou menos), e cujas eventuais perdas potenciais não foram provisionadas pela Sociedade e suas controladas, com base nesses pareceres. A Sociedade e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam a recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas demonstrações financeiras em razão de sua natureza contingente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

| Porto | Movimentação mínima em toneladas por ano | Vencimento |
|--------------|---|-------------------|
| Aratu | 100.000 | 2016 |
| Aratu | 900.000 | 2022 |
| Suape | 250.000 | 2027 |
| Suape | 400.000 | 2029 |

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 2014, essas tarifas eram de R\$ 5,79 e R\$ 1,38 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas e máximo de 220 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 2014 e 2013, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

| | Compromisso de compra mínima (*) | | Demanda acumulada (real) | |
|-----------------------|---|----------------|---------------------------------|----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Em toneladas de eteno | <u>205.076</u> | <u>195.085</u> | <u>205.224</u> | <u>200.130</u> |

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os exercícios.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Oxiten S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiten tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 2014 e 2013, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

| | Compromisso de compra mínima (*) | | <u>Demanda acumulada (real)</u> | |
|-----------------------|---|---------------|--|---------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Em toneladas de eteno | <u>39.067</u> | <u>41.810</u> | <u>39.254</u> | <u>42.201</u> |

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os exercícios.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

| | Valor máximo indenizável (*) |
|------------|-------------------------------------|
| Oxiten | US\$ 1.104 |
| Ipiranga | R\$ 705 |
| Ultracargo | R\$ 550 |
| Ultragaz | R\$ 250 |
| Extrafarma | R\$ 100 |

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 50 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Utingás Armazenadora S.A., Tequimar, Serma e Oxitenó S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

| | <u>até 1 ano</u> | <u>de 1 a 5 anos</u> | <u>acima de 5 anos</u> | <u>Total</u> |
|------|------------------|----------------------|------------------------|--------------|
| 2014 | 24.473 | 18.783 | - | 43.256 |

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

| | | <u>até 1 ano</u> | <u>de 1 a 5 anos</u> | <u>acima de 5 anos</u> | <u>Total</u> |
|------|-----------|------------------|----------------------|------------------------|--------------|
| 2014 | a pagar | 84.740 | 247.981 | 153.106 | 485.827 |
| | a receber | (47.895) | (146.391) | (112.050) | (306.336) |

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) 2014, foi R\$ 72.969 (R\$ 41.013 em 2013). O aumento com despesa de arrendamento mercantil operacional deve-se substancialmente à aquisição da Extrafarma.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. *ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar*

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2014, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 19.784 (R\$ 17.876 em 2013) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2014 atingiu 8.511 participantes ativos e 141 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 29 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. *Benefícios pós-emprego*

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2014, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

| | 2014 | 2013 |
|--|---------|---------|
| Plano de Assistência Médica e Odontológica | 28.521 | 32.028 |
| Multa FGTS | 50.881 | 43.349 |
| Gratificação | 25.288 | 20.545 |
| Seguro de vida | 15.101 | 15.374 |
| Total | 119.791 | 111.296 |
| Circulante | 11.419 | 11.922 |
| Não circulante | 108.372 | 99.374 |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

| | 2014 | 2013 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 111.296 | 128.495 |
| Custo dos serviços correntes | 2.594 | 3.075 |
| Custo dos juros | 12.718 | 11.028 |
| Ganhos atuariais decorrentes de alterações de hipóteses | (455) | (27.369) |
| Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas | <u>(6.362)</u> | <u>(3.933)</u> |
| Saldo final | <u>119.791</u> | <u>111.296</u> |

A despesa do exercício está apresentada a seguir:

| | 2014 | 2013 |
|--|---------------|---------------|
| Plano de Assistência Médica e Odontológica | 3.699 | 3.550 |
| Multa FGTS | 6.740 | 5.893 |
| Gratificação | 3.159 | 3.043 |
| Seguro de vida | <u>1.714</u> | <u>1.617</u> |
| Total | <u>15.312</u> | <u>14.103</u> |

As principais premissas atuariais utilizadas são:

| Hipóteses econômicas | 2014 % a.a. | 2013 % a.a. |
|---|------------------------------|------------------------------|
| Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial | 11,82 | 11,79 |
| Taxa média nominal de crescimento salarial projetada | 8,38 | 7,10 |
| Taxa de inflação (longo prazo) | 5,2 | 5,0 |
| Taxa de crescimento dos serviços médicos | 9,41 | 9,20 |

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 *Basic* desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983

Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2014 a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

| Premissa | Mudança na premissa | Aumento no passivo | Mudança na premissa | Diminuição no passivo |
|--|----------------------------|---------------------------|----------------------------|------------------------------|
| Taxa de desconto | aumento 1,0 p.p. | 7.494 | diminuição 1,0 p.p. | 8.633 |
| Taxa de crescimento salarial | aumento 1,0 p.p. | 2.214 | diminuição 1,0 p.p. | 2.009 |
| Taxa de crescimento dos serviços médicos | aumento 1,0 p.p. | 3.484 | diminuição 1,0 p.p. | 2.915 |

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefício pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)

| | 2014 | 2013 |
|--|-------------|-------------|
| Receita de vendas bruta | 69.088.648 | 62.054.471 |
| Receita de serviços prestados bruta | 578.205 | 546.159 |
| Impostos sobre vendas | (1.628.483) | (1.393.073) |
| Devoluções e abatimentos | (302.915) | (267.714) |
| Receita diferida (vide nota explicativa nº 19) | 843 | 403 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Receita líquida de vendas e serviços | 67.736.298 | 60.940.246 |

26 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

| | 2014 | 2013 |
|---|------------|------------|
| Matéria-prima e materiais de uso e consumo | 61.308.509 | 55.158.800 |
| Gastos com pessoal | 1.619.830 | 1.393.115 |
| Frete e armazenagens | 1.003.462 | 975.904 |
| Depreciação e amortização | 887.827 | 778.937 |
| Propaganda e marketing | 182.674 | 169.235 |
| Serviços prestados por terceiros | 223.632 | 156.730 |
| Aluguel de imóveis e equipamentos | 122.130 | 83.311 |
| Outras despesas | 245.529 | 218.042 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Total | 65.593.593 | 58.934.074 |
| Classificado como: | | |
| Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 62.304.631 | 56.165.382 |
| Despesas com vendas e comerciais | 2.158.659 | 1.756.376 |
| Despesas gerais e administrativas | 1.130.303 | 1.012.316 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Total | 65.593.593 | 58.934.074 |

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 36.956 em 2014 (R\$ 29.052 em 2013).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

| | 2014 | 2013 |
|--|----------------|---------------|
| Parceria comercial | 46.140 | 28.689 |
| Merchandising | 37.177 | 41.956 |
| Programa de fidelidade | 13.305 | 28.189 |
| Outros | 10.292 | (1.253) |
| | <u>106.914</u> | <u>97.581</u> |
| Outros resultados operacionais, líquidos | <u>106.914</u> | <u>97.581</u> |

28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2014 o resultado foi um ganho de R\$ 36.978 (ganho de R\$ 40.280 em 2013). Em 2013 o ganho refere-se principalmente à venda de terrenos e de parte de uma base de armazenagem da Ipiranga. Em 2014 o ganho refere-se principalmente à venda de terrenos.

29 Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Receitas financeiras: | | | | |
| Juros sobre aplicações financeiras | 131.852 | 120.245 | 298.977 | 178.275 |
| Juros de clientes | - | - | 63.090 | 58.182 |
| Outras receitas | 37 | - | 3.942 | 4.105 |
| | <u>131.889</u> | <u>120.245</u> | <u>366.009</u> | <u>240.562</u> |
| Despesas financeiras: | | | | |
| Juros sobre financiamentos | - | - | (467.704) | (354.151) |
| Juros sobre debêntures | (97.540) | (73.471) | (255.419) | (124.908) |
| Juros sobre arrendamento mercantil financeiro | - | - | (5.883) | (5.816) |
| Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos | 3.411 | (12.811) | (34.416) | (43.499) |
| Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção | - | (1) | (46.464) | (40.654) |
| Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 3.a.) | (649) | - | (649) | - |
| Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas | (17) | (13) | (881) | (9.139) |
| | <u>(94.795)</u> | <u>(86.296)</u> | <u>(811.416)</u> | <u>(578.167)</u> |
| Resultado financeiro, líquido | <u>37.094</u> | <u>33.949</u> | <u>(445.407)</u> | <u>(337.605)</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui bônus de subscrição e plano de remuneração em ações, conforme mencionados nas notas explicativas nº 3.a) e 8.c), respectivamente.

| Lucro básico por ação | 2014 | 2013 |
|---|------------------|------------------|
| Lucro líquido da Sociedade | <u>1.241.563</u> | <u>1.225.143</u> |
| Média ponderada das ações em circulação (em milhares) | 545.679 | 534.114 |
| Lucro básico por ação - R\$ | <u>2,2753</u> | <u>2,2938</u> |

| Lucro diluído por ação | 2014 | 2013 |
|---|------------------|------------------|
| Lucro líquido da Sociedade | <u>1.241.563</u> | <u>1.225.143</u> |
| Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações | 549.552 | 536.412 |
| Lucro diluído por ação - R\$ | <u>2,2592</u> | <u>2,2840</u> |

| Média ponderada das ações (em milhares) | 2014 | 2013 |
|---|----------------|----------------|
| Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação: | 545.679 | 534.114 |
| Efeito da diluição | | |
| Bônus de subscrição | 1.832 | - |
| Usufruto de ações | <u>2.041</u> | <u>2.298</u> |
| Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação: | <u>549.552</u> | <u>536.412</u> |

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31 Evento subsequente

Renegociação de financiamentos

A controlada IPP renegociou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em fevereiro de 2015, no valor principal total de R\$ 333 milhões, alterando seus vencimentos para julho de 2017 e janeiro de 2018 com taxa pós-fixada de 106% do CDI.

Emissão de debêntures

Em fevereiro de 2015, foi aprovada a quinta emissão de debêntures da Ultrapar em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, prazo de 3 anos (pagamento do valor nominal em parcela única no vencimento final) e remuneração de 108,25% do CDI.